



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA
SOCIAL

MARIA VALDEVANIA DA SILVA

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA APREENSÃO DO SERVIÇO
SOCIAL

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

MARIA VALDEVANIA DA SILVA

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA APREENSÃO DO SERVIÇO
SOCIAL

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de Especialista em Serviço Social e Política Social, sob orientação da Profa. Dra. Mariléa Borges Salvador.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S586e Silva, Maria Valdevania da.
Evasão Escolar na Educação Básica: Uma apreensão do Serviço Social. /
Maria Valdevania da Silva. – Miracema, TO, 2021.
81 f.
Monografia de Especialização - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação em Serviço
Social e Política Social, 2021.
Orientadora : Mariléa Borges de Lima Salvador
1. Evasão Escolar. 2. Política Pública de Educação Básica. 3. Intervenção
Social na Educação Básica. 4. Serviço Social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA VALDEVANIA DA SILVA

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA APREENSÃO DO SERVIÇO
SOCIAL

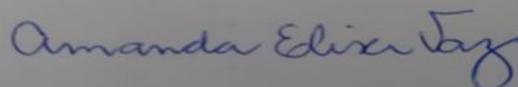
Monografia Apresentada à UFT- Universidade Federal do Tocantins -Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Especialização em Serviço Social e Políticas Sociais, avaliada para obtenção do título de Especialista em Serviço Social e Política Social e aprovada na sua forma final pela Orientadora Prof^ª. Dra. Mariléa Borges e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 10/ 07 / 2021

Banca Examinadora:



Prof^ª. Dra. Mariléa Borges Salvador, Orientadora – UFT



Prof^ª. Me. Amanda Elisa Vaz, Examinadora – UFT



Prof. Dr. João Nunes da Silva, Examinador – UFT

Dedico este trabalho a Dalilah Claudio Silva,
minha filha, “in memoriam”, amor
incondicional.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Dra. Mariléa Borges Salvador, pela sua paciência e seu profundo conhecimento, assim me ajudou a concluir este trabalho. Só muita admiração e gratidão.

Ao meu esposo, Junior Cláudio da Silva, por sempre me apoiar

Aos meus pais Maria Jovintina Santiago Silva e Vilmar da Silva, que sempre me incentivou a estudar e buscar conhecimentos

Aos meus irmãos: Antônio Veurismar; Maria Veurislânia; Antônia Vilderlânia, Francisco Veurisvan, Antônio Vildervam; José Valdervam; Maria Verônica da Silva e Antônia Vildervania “in memoriam”, por sempre acreditarem em mim

Meus efusivos agradecimentos a todos, a todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste trabalho.

As escolas públicas brasileiras se depararam com as problemáticas da própria estrutura educacional, além das precárias condições de vida do aluno. (BARBOSA, 2015).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo realizar um estudo acerca dos aspectos sociais da evasão escolar na educação básica, a partir da apreensão do serviço social. Visando alcançar esse objetivo, discutiu-se acerca da inserção do Serviço Social na educação, delimitando essa discussão nas exigências da prática do assistente social no âmbito escolar. Este trabalho foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica, com levantamento, leitura e interpretação de bibliografias publicadas (livros, revistas, dissertações, teses, publicações avulsas) sobre o assunto em questão. Ademais, sob a perspectiva do Serviço Social, para compreender a problemática da evasão escolar com suas associações à questão social, elaboramos uma análise baseada na realidade do Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales do município de Brasilândia do Tocantins, a partir de materiais sobre aprovação, reprovação e abandono escolar do ano de 2017–2018. No dado contexto institucional buscou-se identificar e analisar as contribuições da prática do(a) assistente social para o melhor desempenho da escola de educação básica e os desafios da intervenção social na evasão escolar. Com este estudo espera-se contribuir para o esclarecimento das determinações sociais que envolvem a problemática da evasão escolar vivenciada por estudantes e famílias, no sistema educacional público e sociedade em geral; assim como levantar um debate coletivo capaz de contribuir para o esclarecimento de possíveis alternativas para solucionar o problema, além de contribuir com a produção do conhecimento sobre manifestações sociais danosas existentes nos espaços socio-ocupacionais do Serviço Social.

Palavras-chaves: Evasão Escolar. Educação Básica. Intervenção Social na Educação Básica. Serviço Social

ABSTRACT

This research aims to carry out a study about the social determinations of school dropout in basic education, based on the understanding of social work. Aiming to achieve this objective, it was discussed about the insertion of Social Work in education, delimiting this discussion in the requirements of the social worker's practice in the school environment. This work was developed through bibliographical research and carried out through a survey of already published bibliographies (books, magazines, dissertations, theses, separate publications) on the subject in question. In addition, in order to understand the problem of school dropout and its associations with the social issue, a case study was carried out at the Sebastião Rodrigues Sales State School in the municipality of Brasilândia do Tocantins, with materials on passing, failing and dropping out of school in 2017- 2018, from the perspective of Social Service. From the sociopolitical context, we sought to identify and analyze the contribution of the social worker's practice in the basic education school and the challenges of social intervention in school dropouts. With this study, it is expected to contribute to the clarification of the social reality that involves the problem of school dropout experienced by students and families, by the public educational system and by society in general, in order to raise a collective debate capable of contributing to the clarification of possible alternatives to solve the problem, in addition to contributing to the production of knowledge about harmful social manifestations existing in the socio-occupational spaces of Social Work.

Keywords: School Dropout. Basic education. Social Intervention in Basic Education. Social Work

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

CAD – *Computer Aided Design*

CAM – *Computer Aided Manufacturing*

CCQ – Ciclos de Controle de Qualidade

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CPCs – Centros Populares de Cultura

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

JIT – *Just-in-time*

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDE – Manutenção e Desenvolvimento da Educação

PLR – Participação nos Lucros e Resultados

PNE – Plano Nacional de Educação

Pró-Jovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 EVASAO NA ESCOLA PUBLICA NA DE EDUCAÇÃO BASICA.....	14
2.1 Presença na escola: um direito à educação	14
2.2 Determinações elementares da evasão escolar	18
2.3 A constituição sociohistórica e política do Plano Nacional de Educação	25
2.3.1 O período de reorganização da educação brasileira e a elaboração e não materialização do “Codigo da Educação Nacional”- primeira proposta do Plano Nacional da Educação.....	27
2.3.2 O período da democratização da educação brasileira e a criação do Plano Nacional de Educação.....	34
3 O SIGNIFICADO DA EVASÃO ESCOLAR PARA O SERVIÇO SOCIAL	38
3.1 Aproximando as definições de Serviço Social e Educação na perspectiva crítica	38
3.2 A inserção do Serviço Social na educação: marcações teóricas e históricas	41
4 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE BRASILÂNDIA DO TOCANTINS: INTERVENÇÃO SOCIAL NA EVASAO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIÃO RODRIGUES SALES.....	57
4.1 A escola na educação pública: espaço socio-ocupacional do Assistente Social.....	57
4.2 O Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales, de Brasilândia do Tocantins.....	62
4.2.1 Apreensões do Serviço Social no Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales: uma realidade marcada pela evasão escolar	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

A monografia de conclusão de curso de especialização que se apresenta é produto da realização de um estudo bibliográfico sobre os aspectos sociais da evasão escolar na escola pública de educação básica experienciados pela autora como assistente social da Secretaria Municipal de Educação de Brasilândia do Tocantins. Realizada a partir de observações elaboradas no Colégio Estadual Sebastião Rodrigues, o estudo surge das vivências protagonizadas durante o período de 2017 a 2018 no cotidiano operacional do Serviço Social, no referido sistema educacional.

A motivação para a realização do citado estudo foi suscitada no fato de o Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales do Município de Brasilândia do Tocantins, entre os anos de 2017 e 2018, ter apresentado altos índices de evasão de alunos, enquanto que o sistema escolar não apresentou alternativas para a redução e/ou solução do problema. Ao contrário, apresentou relatórios não consistentes sobre as ações interventivas ao problema, fato que demonstra ineficiência do sistema educacional quanto a problemática.

Com o intuito de chegar nos principais aspectos sociais que envolvem o rendimento e a permanência de muitos estudantes do sistema da educação básica no Município de Brasilândia do TO, marcados por alto índice de evasão escolar; a pesquisa partiu de um levantamento documental realizado, pelo Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação do Município, nos anos de 2017 a 2018, cujo registro mostra expressivo índice de abandono e evasão, para chegar à pesquisa bibliográfica de fundamentação do debate científico e social sobre o objeto de estudo.

Neste sentido, se desenvolveu uma pesquisa básica de abordagem quali-quantitativa com procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, de forma a abranger “toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 166). Contudo, para enriquecer os dados mostrados pelo levantamento documental, a pesquisa recorreu a dados retirados da observação empírica do pesquisador, vivenciados durante suas atividades profissionais voltadas para a escola.

A observação empírica feita pelo assistente social no seu espaço sócio-ocupacional, durante o cotidiano do seu exercício profissional, foi decisiva para perceber que, para além dos muros da escola, há várias situações sociais vivenciadas pelos estudantes na sua vida particular, capazes de influenciar de maneira incontestável a ocorrência da evasão escolar. Observação esta, feita durante intervenções com alunos, realizadas por indicação da Secretaria

Municipal de Educação, momento em que foi possível observar claramente que aqueles alunos em situação de ameaça de abandono da escola, passavam por violência familiar, extrema pobreza, desemprego, envolvimento com drogas e outras circunstâncias desfavoráveis ao seu desenvolvimento educacional, por tratar-se de intensas expressões da questão social.

Envoltos neste contexto escolar carregado de expressões da questão social, a dificultar o alcance dos objetivos educacionais dos jovens inseridos na educação básica, observamos também, a requisição premente de se acrescentar no âmbito escolar do ensino básico do Mun. Brasilândia do Tocantins, o assistente social – profissional habilitado para lidar com essas demandas, normalmente chamadas de expressões da questão social, no interior e nas extremidades do âmbito escolar que nos conduziu a realização da presente pesquisa.

Intencionando contribuir com o debate da questão da inserção do Serviço Social na Educação e, também fortalecer a importância da presença do assistente social no espaço escolar, nos propomos a problematizar: como o assistente social pode contribuir na atenuação do problema da evasão escolar?

Com essa questão, importa enfatizar que o problema da pesquisa, por provocar tanto esforço na compreensão de possíveis soluções, se justifica, sobretudo, quando traz como objetivo deste estudo, a reflexão sobre a realidade social presente na evasão escolar, ainda que não seja em sua totalidade, mas não deixa em branco o reconhecimento das exigências da prática do assistente social no âmbito escolar.

Ademais, a problemática da evasão escolar leva-nos, também, a refletir sobre as explicações que o Serviço Social pode oferecer à compreensão das implicações sociais desta objeção, certamente indicando caminhos teóricos e metodológicos de possibilidades para se operacionalizar a intervenção social em direção ao êxito do sistema socioeducacional.

Com este escopo a monografia se estruturou em três capítulos. O primeiro capítulo é constituído de três partes e discorre sobre o tema da evasão escolar na escola pública da educação básica. Este capítulo traz a elaboração da compreensão do significado da evasão escolar para o sistema de educação básica enquanto um problema da política educacional. Ademais, discorre sobre a presença na escola enquanto um direito à educação, além das determinações elementares da evasão escolar e a previsão desta problemática no Plano Nacional de Educação.

No segundo capítulo fizemos uma abordagem acerca do significado da evasão escolar para o Serviço Social. Neste capítulo, objetiva-se trazer a compreensão da noção da evasão escolar na perspectiva do Serviço Social, enfatizando a inserção do assistente social na escola

com as exigências da prática desse profissional no âmbito escolar, considerando algumas marcações teóricas e históricas dessa inserção.

No terceiro capítulo apontamos as condições da evasão escolar na educação básica de Brasilândia do Tocantins. Nesse capítulo procurou-se mostrar a realidade da evasão escolar empreendida pelos alunos e o papel da intervenção social nesta disfunção do Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales.

Desataca-se que pesquisa nos mostrou as causas da evasão não apenas relacionadas à fatores internos da escola, mas também à situações externas, tais como as relações familiares, que por muitas vezes contribuem para ocorrência da evasão, haja vista que diversos estudos vêm comprovando a influência das relações familiares no desempenho e desenvolvimento do aluno. Se a família não der uma boa base para seu filho e tiver suas relações deterioradas, com certeza serão maiores as chances desta criança fracassar em seus estudos. Contudo, entendeu-se, que a vista dessas exigências o Assistente Social, profissional com formação generalista, está competente para intervir nas relações sociais que interferem na continuidade da vida escolar do estudante da educação básica. Com habilidades no trato das questões pertinentes a realidade social da escola, seus atores e seu entorno, constitui-se em um personagem imprescindível que tem o potencial de contribuir de forma a atenuar os problemas sociais vividos pela escola em geral e pode contribuir para ajudar a reduzir o índice de evasão escolar.

2 A EVASÃO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1 Presença na escola: um direito à educação

Observamos que nos últimos anos o sistema educacional brasileiro passou por inúmeras transformações que não podemos negar, pois muitas têm se expressado de forma positiva. Mas, ainda assim, percebemos que o ensino está longe de ser transformador e exemplar, capaz de tornar os jovens em humanos críticos e donos de suas próprias opiniões.

No século XIX, quando nos países desenvolvidos ocorria o avanço da cidadania e o crescimento da educação básica, o Brasil continuava a ser um país escravocrata. Por isso a educação brasileira carrega em si esta pesada herança que dificulta o aperfeiçoamento da educação, dificultando assim a ampliação do acesso à escola.

Naquela época era fundamental inserir modificações tanto na cultura como na forma de ver as tradições da sociedade, pois no referido período a população não tinha a escola como parte de seu dia a dia e nem da sua cultura, com isso não lutavam para a promoção da escolarização universal (SANTOS, 2011).

De acordo com Santos (2011), visto da perspectiva econômica, a abolição tardia da escravidão está associada a manutenção de tecnologias primitivas e formas tradicionais de trabalho e dominação, assim como a persistência de uma economia de subsistência em grande parte na zona rural.

A educação, para as populações que sobreviviam a este tipo de condição, não era vista como agente modificador da condição de vida, (SANTOS, 2011), pois essa visão trazia muitas dificuldades para se operacionalizar a universalização da educação básica no Brasil. Dificuldades que se ampliaram com o aumento expressivo da população. Por causa deste crescimento houve uma recorrência maior pela implantação permanente do sistema escolar, para dar a oportunidade de estudo àqueles que nunca tiveram acesso à educação e para aumentar o ingresso de crianças no universo escolar (SANTOS, 2011).

Por muito tempo, a sociedade acreditou na ideia de que os principais problemas do sistema educacional brasileiro eram a falta de escolas, de profissionais da área, da não permanência dos alunos na instituição escolar, além da falta de verbas governamentais voltadas para a educação. Focavam na construção de mais escolas, na persuasão dos pais sobre a necessidade e a importância dos estudos para seus filhos e na busca de melhores salários para os profissionais da educação.

Naquela época era um grande sacrifício conseguir provar para o governo que, embora muitas crianças estivessem matriculadas e frequentando as aulas, muitas também apresentavam inúmeras dificuldades de aprendizagem: possuíam baixo rendimento escolar e aprendiam pouquíssimo, podendo, futuramente, evadirem da escola, já que, também, enfrentavam o trabalho infantil, a gravidez, a violência, dentre outros fatores que, historicamente, colocam o estudante brasileiro em risco de evasão escolar (SCHWARTZMAN, 2005).

De acordo com Franco (2011), é preciso considerar que a escola e a sociedade estão em constante movimento, ambos produzidos nas conjunturas sociais e suas contradições que possibilitam as mudanças. É preciso analisar estas contradições, pois se a escola se diz democrática à medida que possibilita a oferta de vagas para quase toda a população em idade escolar, por vezes ela se mostra excludente quando não tem cumprido com sua função de garantir a permanência e aprendizagem efetiva deste aluno, o que leva muitas vezes à reprovação e à defasagem de idade/série e, conseqüentemente, à evasão.

A instituição escolar possui, também, a responsabilidade de exercer o papel de modificadora das condições de desigualdades sociais, quando oferece aos alunos acesso ao conhecimento, como estratégia e oportunidade de mudar a sua condição de vida. Nela, o educador tem a oportunidade e a condição de mostrar para estes alunos o processo de humanização, conscientizando-os sobre o mundo que os rodeia. (FRANCO, 2011). Todavia, quando analisado, o sistema educacional brasileiro deixa transparecer que os alunos das camadas populares estão marcados e sujeitos a uma trajetória de fracasso escolar, tendo como resultado o alto índice de evasão escolar e a reprovação (FRANCO, 2011).

A repetência é um fator de grande influência no fenômeno da evasão, porque causa, entre os alunos, um grande desinteresse; além de desmotiva-los a prosseguir com seus estudos. Nessa condição, a maioria dos alunos reprovados acaba evadindo do âmbito escolar. Além da evasão, a repetência gera outros problemas, uma delas é a distorção idade/série, ou seja, quando o aluno chega ao ensino médio fora da faixa etária. Muitas vezes por se sentir mais confortáveis os alunos repetentes procuram se matricular em turmas de ensino que funcionam no turno da noite, pois terão mais colegas na mesma situação, o que facilita em fazer a tentativa de se formar no ensino básico.

Por outro lado, o ensino noturno, embora não possua as exigências do ensino diurno, suas propostas não são as mesmas. Esta situação deixa os alunos sujeitos a uma educação de má qualidade, sem serventia alguma para seu dia a dia, levando-os a acreditar que fracassaram na escola (SOUZA; et al., 2011).

Ainda segundo Franco (2011), o acesso do aluno a escola já não é o principal problema e sim a permanência e frequência do mesmo na instituição escolar. É de responsabilidade da escola, garantir a seus alunos uma educação de boa qualidade e proporcionar a estes o acesso e o direito a um saber sistematizado, pois só através deste saber poderá haver uma mudança social (FRANCO, 2011).

Franco (2011) afirma que a análise sob a perspectiva crítica dos motivos da evasão deve considerar todos as determinantes do problema, pois não cabe culpar o aluno, ou a família, ou o professor. É preciso considerar os condicionantes sociais, econômicos, políticos e pedagógicos implícitos na questão.

Vale ressaltar que na história do Brasil, a política pública tem representado os interesses da classe social dominante, deixando claro, que a educação de qualidade para as camadas mais populares é matéria sem importância para estes sujeitos sociais (FRANCO, 2011).

Se acreditarmos que todos têm o direito a uma educação de qualidade e que a sociedade deve ser democrática, devemos lutar para a garantia de uma educação de boa qualidade para todas as crianças e adolescentes, e não somente para os membros da classe dominante. Para que todos sejam capazes de se tornar pessoas críticas, capazes de expor suas ideias e lutarem pelos seus ideais.

No Brasil, a luta pela democratização da educação remete a formação do estado moderno. Já nos primórdios do séc. XX têm se formado vários grupos, que exigem o acesso educacional para parcelas maiores da população e não para uma minoria, forjando a formação dos movimentos sociais pela educação, para os quais o estado atende a exigências de forma lenta, jamais atendendo a totalidade das expectativas da população brasileira (CONAI, 2010).

Ainda segundo Conai (2010), vale ressaltar que a democratização da educação não se restringe ao acesso a instituição escolar. Com certeza o ingresso é o início para que se ocorra a democratização, mas vale lembrar que se deve trabalhar para que os alunos permaneçam na escola e que estes tenham uma educação de sucesso e de boa qualidade.

Contudo, a democratização da educação acontece junto com o acesso e a permanência de todos no ambiente e processo educacional, colocando o sucesso como resultado da boa qualidade da educação. Infelizmente, estas três características ainda não são suficientes para completar a democratização escolar.

De acordo com Kosen (1999), a realidade educacional brasileira infelizmente ainda se encontra carregada de insuficiências, apesar dos esforços históricos dos educadores para superá-los e dos avanços formais da legislação, exigindo a urgente adesão dos operadores da justiça e de todo o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, visando a oferta de

condição essencial para se possibilitar a efetividade do que se anuncia como sendo, hoje, no Brasil, o direito à educação.

Nesta “falta” de garantia de direitos, a permanência do aluno brasileiro no âmbito escolar continua sendo um desafio para a educação, pois ainda continuam a existir altas taxas de exclusão da escola, quando se trata de acesso à educação. Vale lembrar que a educação constantemente promete acabar com todas as formas de discriminação ao matricular um aluno e investir na sua permanência ao âmbito escolar (KONSEN, 1999).

Konsen (1999, p. 30) afirma que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) cerca a escola como uma rede de atores e de providências, concebidos para auxiliá-la no cumprimento de sua missão. Nesse particular, o Direito a Educação não é mais tão só o direito à vaga, mas é o direito ao ingresso, a permanência e ao sucesso na formação do estudante.

No que se diz respeito ao acesso gratuito e a obrigatoriedade do ensino fundamental, o aluno possui o direito de frequentar o ensino fundamental gratuitamente nas redes públicas de educação, principalmente aqueles que não tiveram a oportunidade de ter acesso a ela.

É de responsabilidade dos pais ou responsáveis matricular o aluno na entidade escolar. Aquele que não é matriculado pode ter uma tutela especial, originada das medidas de proteção explicadas no artigo 101 do ECA. Na falta dos pais deverão ser confiados aos responsáveis a missão de acompanhar o desenvolvimento escolar e a frequência da criança na escola. Medida, esta, prevista no artigo 129 do referido Estatuto.

Caso estas medidas não sejam cumpridas, os pais estarão sujeitos a condição de infratores conforme artigo 249 do Estatuto. Fica claro que a obrigatoriedade não está somente no ato da matrícula, mas também na garantia da frequência e do bom rendimento escolar da criança (KONSEN, 1999). Para o autor, o dispositivo regulamentador não deixa qualquer dúvida acerca da vedação de se discriminar o educando em relação a frequência da escola que o privilegia geograficamente, com o que se impõe aos sistemas de ensino o estabelecimento de critérios objetivos para a organização da matrícula.

Há um outro fator que influencia muito na não permanência das crianças e adolescentes na escola: os conteúdos propostos não presentes na realidade da vida dos alunos, que servem apenas para fortalecer a alienação à sua realidade concreta e, conseqüente desestímulo a superação das contradições vivenciadas. Entre outros fatores estão a não valorização dos educandos, a falta de capacitação e formação continuada, para além do trabalho infantil, violências, gravidez na adolescência, drogas etc. (UNICEF, 2012), como já foi citado.

De acordo com UNICEF (2012), o regime de colaboração entre estados, municípios e União no que diz respeito às políticas educacionais no Brasil está previsto na Constituição de

1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Embora a legislação defina de forma clara as responsabilidades de cada um – cabe à esfera municipal atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Aos estados, nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio e à União exercer uma função redistributiva e supletiva, prestando assistência técnica e financeira. Na prática, há dificuldade em definir como essas diferentes instancias devem cooperar entre si para garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes a uma educação de qualidade.

A exigência da união dessas três unidades do governo torna muito difícil a dinamização do sistema de educação brasileiro. Isso, porque o Brasil apresenta várias desigualdades regionais e territoriais que podem influenciar no sistema educacional (UNICEF, 2012). Nesse sentido, entende-se que para ocorrer melhorias no sistema educacional brasileiro é necessário haver uma atenção redobrada para com as crianças e jovens que não frequentam a escola, ou que correm o risco de serem excluídas. A maioria oriunda de grupos sociais mais vulneráveis como indígenas, trabalhadores, quilombolas, camponeses, entre outras.

2.2 Determinações elementares da evasão escolar

Aqui, iremos tratar dos fatores que podem levar os alunos a evadir do âmbito escolar. A evasão escolar é um problema nacional que perdura há anos, mas que atualmente está causando muita preocupação aos profissionais da área da educação, pois a cada dia que passa, vem aumentando em proporções maiores, muito embora as políticas educacionais tenham tentado compreender as necessidades dos jovens na sociedade atual e descobrir as causas que os levam a evadir da escola.

Figueiredo (2006) afirma que a situação vivida é marcante e real, mas muito pouco tem sido feito para reverter o quadro. No Brasil, o problema é inevitável, visto que muitas escolas ainda caminham a passos lentos em torno de realidades melhores e menos excludentes, seguindo as imposições de um sistema rígido e ultrapassado, consagrando modelos conservadores que só fazem reproduzir uma mesma sociedade sofrida e discriminada, impedindo que essa esqueça o seu passado colonialista explorador.

Autores como Figueiredo (2006) defender a ideia de que por muitas vezes a criança ou o adolescente, devido às lesivas condições sociais e econômicas da sua família, acaba evadindo da escola. Com isso a criança ou o adolescente acaba por não conseguir a ter um bom rendimento escolar e muito menos ter um bom equilíbrio frente a estes problemas. A escola infelizmente não consegue dar todo apoio e atendimento de que as crianças e jovens precisam. Vale ressaltar

que a condição socioeconômica também exerce grande influência na permanência ou não do aluno na sala de aula (FIGUEIREDO, 2006).

Ainda de acordo com Figueiredo (2006), outro fator que pode contribuir para que ocorra a evasão é o fato de existirem professores sem preparo algum, que não possuem as habilidades necessárias para desempenharem o processo educacional, não tendo a capacidade de exercer esta função que lhes cabe. E quando se acha um profissional devidamente qualificado, muitas vezes ele se encontra desestimulado, devido a vários fatores como a falta de condições de trabalho, salários baixíssimos, fatores decorrentes de um sistema educacional precário e socialmente excludente. Com isso, muitas das vezes o educador acaba passando para o aluno uma visão negativa em relação aos estudos.

Outro fator que devemos lembrar é o alto índice de rotatividade dos professores, que pode influenciar no mal rendimento e permanência dos alunos na escola. Mas devemos lembrar que não é justo culpar os professores pelo fracasso e evasão dos alunos. Entretanto, o professor deve estar consciente da possibilidade de evasão, sabendo quais são as causas que podem levar a este problema e saber agir diante do mesmo.

Podemos citar, também, o problema do trabalho infantil, enquanto um forte fator explicador da evasão escolar. O trabalho infantil, não importando o tipo de atividade profissional, se remunerada ou não, é realizada pela exploração da força de trabalho de crianças ou jovens que possuem menos de 16 anos. Mesmo que este trabalho seja para seu sustento, ele ainda é considerado como uma forma de exploração (BRANDÃO, 2009).

De acordo com Brandão (2009), sabe-se que a grande motivação para a imutabilidade do trabalho infantil é o estado de pobreza da família que induz ao labor todos os seus membros, de qualquer idade e sexo, em busca de uma renda diminuta que acaba por não ajudar e sim atrapalhar a própria família, uma vez que, ao sacrificar o desenvolvimento possibilitado pela escola na busca do conhecimento, se estabelece mais uma determinação das condições irrisórias de pobreza permanente. Num futuro próximo, a criança tem como certa a exclusão do mercado qualificado, uma exclusão real, no mundo da ideologia da competência técnica e científica.

Brandão (2009) afirma que, seja pelas necessidades das famílias submetidas à pobreza, pela divisão do trabalho manual e intelectual, ou pelo suposto caráter pedagógico ou educativo e mesmo de formação humana atribuídos ao trabalho, a exploração do trabalho infantil está registrada com inúmeros métodos e locais na história do Brasil. Dito isto, neste País cercado de desigualdades sociais, acabar com o trabalho infantil se torna uma missão difícil. Dificultando a melhora da condição de vida de milhares de crianças e jovens e o acesso dos mesmos no meio social e educacional.

Igualmente, deve-se lembrar que boa parte da evasão escolar também é gerada pelas situações de exclusão social, vividas por crianças e jovens em meio ao enfrentamento da condição de pobreza. Muitas vezes alunos que se evadem da escola, vão parar no mundo dos crimes, na marginalidade e começam a se envolver com drogas (PIO, 2004). Para este autor, a evasão se apresenta como problema maior na exclusão da cidadania, pois distancia o discente da escola, fazendo crescer o abismo entre os alfabetizados e falta absoluta de instrução.

Ressalta, ainda, que muitas crianças e jovens não conseguem ter concentração nas aulas, por motivos de caráter puramente social. Muitas crianças e jovens precisam largar seus estudos devido à necessidade de trabalhar para ajudar os pais a fazer as despesas de casa. É necessário que o Estado crie mais oportunidades para a população, implementando sistemas de proteção social asseguradas por mais empregos, salários dignos, para que todos tenham a oportunidade de ascender à cidadania (PIO, 2004).

Ainda de acordo com Pio (2004), tudo isso acaba se tornando uma exclusão social de crianças, que, dificilmente, não conseguem compreender as consequências e futuros agravos que a evasão escolar pode lhes causar. O correto seria que os trabalhadores área da educação tivessem consciência deste grave problema brasileiro e estabelecessem uma luta para que haja mudanças objetivas neste quadro desumano.

A reprovação que veremos em outra parte do trabalho, está também incluída entre os agentes causadores da evasão escolar. Pois, muitas vezes é aplicada em alunos que possuem dificuldades, ou que possuem muitas faltas nas aulas ou praticam a indisciplina. Contudo, todas estas atitudes estão voltadas para a exclusão social da criança (PIO, 2004).

Podemos falar também sobre o fator socioeconômico – um dos principais problemas no Brasil. Pio (2004) afirma que toda criança para ter condições de frequentar regularmente as aulas e conseguir adquirir um rendimento satisfatório, necessita ter pré-condições para tanto. Ela deve estar garantida por uma situação financeira e cultural cômoda que facilite seu ingresso e permanência na escola e na sociedade. Já, aqueles que se encontram na miséria, esquecidos pelos governantes e pela sociedade, não experimentam as pré-condições mencionadas pelo autor.

Muitos dos alunos que conseguem entrar em uma escola de boa qualidade, acabam sofrendo tratamento desumano dos alunos que possuem uma boa condição social. Com isso acabam por desistir de estudar. É comum nestas escolas de boa qualidade, se justificar o fracasso dos estudantes das classes populares, como consequência de poucos investimentos da criança que fracassa ou dos pais (PIO, 2004). Tal fato mostra a certeza de o quanto a pobreza contribui para que se ocorra o mal desempenho escolar, o fracasso e a evasão, mas não é justo

que a culpa recaia totalmente sobre a criança e a família. Como sempre, a culpa é sempre a dos mais fracos que não tem como se defender.

De acordo com Perrenoud (2001) se fosse tão simples combater o fracasso escolar, o problema estaria resolvido. Mas, diante da resistência da realidade, temos de enfrentar a complexidade dos processos mentais e sociais, a ambivalência ou a incoerência dos atores e das instituições, as flutuações da vontade política, a renovação dos currículos e das didáticas, as rupturas teóricas e ideológicas ao longo das décadas. E, principalmente a exploração do trabalho dos grupos subalternos aliada a falta de políticas públicas de proteção social a esses grupos. Nessa realidade, o fracasso escolar, já não se trata de um paradigma, o tema tem sido pesquisado e debatido não apenas por educadores ou outros profissionais da área, mas também pela população como um todo, desde os anos de 1980 (ARROYO, 1997), quando torna-se pauta dos movimentos sociais pela educação pública de qualidade.

O avanço de pesquisas sobre a evasão escolar tem feito com que o fracasso escolar receba mais atenção, uma vez que os estudos sempre se preocupam em amenizar o sofrimento do educando, buscando soluções para que o mesmo obtenha o seu desempenho e até mesmo, acesso à instituição de ensino, que é seu por direito (BOSSA, 2002).

Muitas vezes a resistência aos estudos levam os alunos a não participarem das aulas, uma vez que ao saírem de suas casas com o destino à escola, nem sempre esse objetivo é cumprido, porque a desmotivação ocorre conseqüentemente, seja por falta de estímulos familiares, ou pelas disciplinas lecionadas na instituição de ensino a qual o educando se encontra matriculado. A ação escolar tem importante papel na construção/reconstrução desse autoconceito. A criança que possui expectativas negativas em relação a si mesma não acredita em suas diversas possibilidades. Portanto, o seu resultado escolar pode negar ou confirmar suas expectativas em relação a si mesma contribuindo para o reforço ou para a superação dessa realidade (ZAGO, 2000).

A questão do fracasso escolar, muitas vezes é comumente associada ao desinteresse, a má disciplina do educando, a despreocupação por parte dos responsáveis pelo mesmo, porém, é fundamental a participação de todo o corpo docente da instituição de ensino na luta pela garantia dos direitos sociais básicos aos educandos e suas famílias, por parte do Estado, além de se avaliar e procurar pelo erro que pode estar ocorrendo com a forma pedagógica de ensino por parte dos educadores (CARVALHO, 1997).

Essas situações reafirmam a superação do fracasso escolar como fato associado a condição socioeconômica do educando que, por indeterminadas vezes, é obrigado a contribuir financeiramente com a renda familiar, mesmo se reconhecendo que este fato é considerado

negligencia por parte tanto da família quanto do Estado. Pois a criança deve, não apenas pelos seus responsáveis, mas pela instituição de ensino e pelo Estado, ser acompanhada, ou seja, observada e auxiliada na aprendizagem do aluno (BRASIL, 2005).

Concomitantemente, a centralidade conferida à melhoria dos processos de formação não negligencia em absoluto a implementação de outras políticas, programas e ações adotadas pelo MEC, mas evidencia a necessidade de maior organicidade entre estas e destaca, ainda, a busca de otimização dos processos de formação de professores visando, dentre outras, romper com a feição pragmática e instrumental que tem caracterizado, em sua maioria, tais processos no país (BRASIL, 2005).

Fazer com que o educando estude sobre algo que não seja atrativo, pode ser um grande fator de combate à evasão escolar. Para isso, precisa-se priorizar outras culturas, as quais certamente o indivíduo jamais ouviu dizer, ou que até mesmo nunca ouvirá sobre sua existência. Tudo isso faz com que o próprio educando, por ser realista, e, saber da "inutilidade" do que se está sendo discutido em sala de aula, por muitas vezes vai se desligando da escola, até que por outrora, se desliga completamente da instituição de ensino, vindo do fracasso para a evasão escolar (WERNECK, 1987).

Werneck (1987) afirma que a interdisciplinaridade e a democracia pedagógica são elementos facilitadores da busca constante de mudança, dos elementos e dos valores a serem transmitidos. Contudo, fica claro que, para o educando chegar à evasão escolar, ele passa por momentos transitórios, ou seja, ele tramita do fracasso para a evasão escolar, o que mostra o desinteresse, a falta de motivação tanto familiar, quanto da instituição de ensino, como processos a serem investigados, para se ter ciência sobre o que ocorre para que o fracasso chegue as salas de aula. O autor afirma que esta é uma obrigação do corpo docente.

Espínola (2010) também anuncia vários fatores que podem influenciar para que se ocorra a evasão e o fracasso escolar, e podem ser classificados como fatores externos e internos. O autor aponta como fatores externos aqueles que vêm afetar a criança a partir de sua situação social, familiar ou emocional, como também as atividades motivadoras do desinteresse escolar vindas do próprio aluno. Por originarem de uma população menos favorecida, muitas crianças possuem um baixo rendimento escolar além de se evadirem da escola com mais facilidade. Um dos fatores que podem contribuir para que isso aconteça está no hábito de consumir má alimentação ou até mesmo a desnutrição, fatores que podem levar estas crianças a se tornarem mais frágeis, desatentas. Muitas vezes em consequência disso o seu desenvolvimento pode ser afetado (DIAS, 2013).

Espínola (2010) afirma que existe uma imparcial competição de igualdade entre membros de uma sociedade que sofre da carência material e os detentores do benefício material e do poder do capital. Esse paradigma é característico da situação vivida pelos detentores do poder para não enfrentar os problemas socioeducacionais das instituições de ensino público, justificando os fracassos por características oriundas da capacidade individual.

Existe uma grande diferença entre alunos que pertencem a classe trabalhadora, em relação aos que pertencem a classe capitalista. Os filhos da classe dominante possuem mais oportunidades, podem se dedicar ao máximo nos estudos, têm a oportunidade de conhecer novas línguas e culturas, enquanto os alunos proletários, dificilmente conseguem ter acesso a uma educação de boa qualidade.

Assim como os familiares e outros fatores externos são responsáveis pelo fenômeno da evasão escolar, a escola também tem a sua influência para que se ocorra a evasão, através dos chamados fatores internos.

Para Espínola (2010), os fatores internos ocorrem dentro da instituição de ensino e influenciam diretamente o aluno à desistência. É comum vivenciarem situações mal compreendidas pelo educando diante das perspectivas para ter a amplitude de seu desenvolvimento psicossocial e a direta atuação do profissional da educação, quando, no meio da diversidade de culturas vivenciadas, dentro da sala de aula, devem fazer didaticamente uma adaptação da linguagem para obtenção de uma decodificação perfeita, atingindo os diferentes graus de conhecimento dos alunos, considerando que, por muitas vezes a escola não considera e não avalia a herança cultural do aluno, não procura saber o que o aluno já sabe. Nesse aspecto cabe ao professor ser um dos agentes causadores do fracasso de muitos alunos (DIAS, 2013).

Quanto a necessária educação continuada na formação do professor, vale ressaltar que esta atividade, muitas vezes, também não alcança os propósitos a que se destina. Ou por falta de investimento político educacional ou por falta de vontade política dos gestores públicos para agenciarem a qualificação da educação pública. A formação continuada dos professores deve fazer parte do planejamento da escola, no sentido de erradicar a defasagem no processo pedagógico, fazendo com que haja uma melhora na educação e que assim se crie equipes mais eficientes e unidas, conseguindo assim fazer um trabalho excepcional.

Borja (2012) afirma que a escola tem que se atinar para o fato de que a inculcação da certeza de que o aluno vale muito pouco e de que ele não pode fazer muita coisa ou nada, produz, unicamente, alunos desmotivados, desestimulados e desanimados, uma vez que sua autoestima fora destruída.

Uma escola de excelência infelizmente não é para todos os alunos, pois ela cabe somente para aqueles que conseguem finalizar o ano sem a reprovação e nenhuma dificuldade sem precisar que se pense no fracasso deste aluno. Caso contrário o aluno não se encaixa no processo de excelência. A conquista da extinção da evasão escolar exige a luta por uma escola pública que crie oportunidades, para os estudantes, que o tanto citado fracasso se torne excelência, sendo capaz de tornar estes alunos capazes de expor suas próprias ideias e opiniões (CASADONTE, 2003).

Casadonte (2003) afirma que é preciso considerar também a ausência de políticas públicas na resolução da problemática da evasão escolar. Não basta somente estudar os fatores que causam o fracasso, se são oriundos por parte do professor, alunos ou responsável, mas deve-se cobrar do poder público uma postura ativa em relação ao fracasso. Uma postura realmente eficaz, não vinda de cima para baixo, como ocorreu com a organização curricular em ciclos em alguns municípios ou a aprovação automática.

Muitos estudiosos afirmam que a evasão e a repetência escolar são resultadas de diversos fatores negativos, tanto internos quanto externos à realidade do aluno brasileiro. A repetência escolar é um dos problemas mais graves da educação brasileira. Um problema difícil que possui diversos aspectos, por isso ela não pode ser ignorada. A educação brasileira vem, contraditoriamente, criando analfabetos, sem a capacidade de segurar e chamar mais alunos para dentro do ambiente escolar. Com isso fica claro que a repetência é um fator que promove a seletividade social dentro do âmbito escolar (MACIEL, 2001).

Atualmente, os educadores estão mais convencidos de que o problema de repetência não está relacionado apenas ao mundo individual do aluno, como se pensava a anos atrás. Acredita-se que este problema também está relacionado a escola, ao sistema educacional e a formação social do País. Contudo, se torna necessário questionar tanto o sistema educacional quanto a escola e o sistema social capitalista que regula a sociedade brasileira (MACIEL, 2001).

O ambiente escolar pode contribuir e interferir positivamente ou negativamente nos resultados dessa prática. Pois, não é correto encarar a sala de aula como um local de abrigo para alunos e professores, mas sim um local educativo (MACIEL, 2001). Para mudar esta injusta realidade no sistema educacional, é necessário que diversas providencias sejam tomadas. Uma delas, que pode contribuir para esta mudança, está no aprimoramento da qualificação dos professores, para que consigam e possam elaborar estratégias de avaliação de qualidade, pois não é qualquer avaliação que consegue ver o que o aluno aprendeu.

Maciel (2001) acredita que a crueldade do sistema autoritário de avaliação, a arrogância de alguns professores e a falta de compromisso político com a profissão têm levado um grande

número de alunos a abandonar a escola. Pois, quando a avaliação é utilizada para a função de classificação, ela se torna uma arma poderosa de opressão. Quando a avaliação desaprova, ela atinge violentamente um dos pontos mais sutis do ser humano – sua autoestima. As pessoas são consideradas falhas e sem capacidade de continuar aprendendo, por isso essa situação faz com que ele se sinta infeliz e deprimido.

A educação opressora forma pessoas emocionalmente vulneráveis, fáceis de serem manipuladas em seu ambiente social. A avaliação exerce um importante papel, pois ela interfere na distribuição dos conteúdos, e com isso ela interfere na vida do aluno, em suas atividades culturais, no tamanho do seu esforço (MACIEL, 2001).

Vale lembrar que para a classe melhorar e os alunos atingirem as metas e terem bons resultados é necessário que os docentes confiem em seus alunos. Essa atitude contribuiria bastante para a melhora na educação brasileira, mas que infelizmente é a mais difícil (MACIEL, 2001). A prática pedagógica que os professores estão usando em sala de aula é uma das causas da ocorrência da repetência e fracasso escolar, pois estas por muitas vezes não criam no aluno a curiosidade e nem o interesse em aprender, pelo contrário, faz com que estes percam a motivação em permanecer na escola (MACIEL, 2001).

A reprovação escolar e o fracasso escolar são resultados da deficiência, descaso e ineficiência do sistema educacional brasileiro, que mostram e confirmam o seu jeito seletivo, de classe social, gerado pela ideologia dominante de opressão e exploração de uma classe sobre a outra classe.

2.3 A constituição sociohistórica e política do Plano Nacional de Educação

Políticas públicas dizem respeito a uma união ou conjunto de atitudes, ações e decisões governamentais, voltadas para a solução de problemas encontrados na vida em sociedade. A definição de políticas sociais, bem como sua indefinição, perpassa pelo papel desempenhado pelo Estado. No entanto, sua expressão de caráter amplo pode gerar conflitos no contexto de redefinição do papel do Estado (SALERNO, 2007), sobretudo porque promete dar condições mínimas de sobrevivência àqueles que não têm condições de subsistir, mas não o faz. (MARTINS, 2015).

Ao tratarmos de política social, estamos lidando com a escassez, com o não-usufruto de recursos disponíveis na sociedade, portanto, com a negociação do dissenso, da diferença declarada (SALERNO, 2007).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (2000)¹, no Art.XXV,1, prevê que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis (MARTINS, 2015).

Para Ferreira e Aguiar (2008), subjacente à causa educacional, há um projeto mais amplo aglutinando seus interesses: a realização de uma reforma cívica e moral na sociedade, na perspectiva da construção do seu futuro, pois as atuais políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo (LIBÂNEO, 2002).

Comparado a realização da política de assistência social, que se faz integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, garantindo o mínimo social e provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, vimos que no tocante a garantia de uma educação capaz de evitar a evasão escolar, não há avanços. (MARTINS, 2015).

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. O Inciso 2º informa que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Na Constituição Federal de 1988 a educação é considerada direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (GONÇALVES, 2012).

Para Demo (2009), a educação passa a ser o espaço e o indicador crucial de qualidade, porque representa a estratégia básica de formação humana. Ele ainda afirma que a educação não será em hipótese nenhuma, apenas ensino, treinamento, instrução, mas especificamente formação, aprender a aprender, saber pensar, para poder melhor intervir e inovar. Enquanto Salerno (2007) declara a educação escolarizada como cultura, pois envolve a ação do homem com outros homens, num processo de reprodução, produção, autoprodução e produção recíproca, e esse processo cultural ocorre num ambiente que possui uma especificidade organizativa, envolvendo tempos, espaços, regras, valores.

A educação é, como outras políticas sociais, uma fração do modo de vida dos grupos

¹ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. UNIC/Rio/ 005 /Dezembro, 2000.

sociais que criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade (BRANDÃO, 2007). Ainda para Brandão (2007), a educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender.

Contudo, as características da educação incidem em possibilitar acesso as oportunidades, aprimorar as habilidades individuais do cidadão, conferir meios de capacitação, proporcionar melhor qualidade de vida e inserir o indivíduo de forma mais ativa na sociedade, para que, enfim, possa vivenciar uma vida sem desigualdades.

Para compreendermos a formação das políticas públicas voltadas à educação, precisamos conhecer alguns acontecimentos históricos que contribuíram para a formação da educação atual. A partir desse contexto histórico, conheceremos as necessidades que, de fato, contribuíram para a formação de políticas educacionais. Faremos então, uma breve retrospectiva indicando pontos fundamentais para que as mudanças da história da educação fossem atingidas.

De acordo com Garcia (1980), a intenção de analisarmos o contexto histórico da inovação educacional no Brasil deriva do suposto de que a educação, em qualquer de suas formas e em qualquer dos seus aspectos, só ganha significação quando examinadas como parte do processo histórico social.

2.3.1 O período de reorganização da educação brasileira e a elaboração e não materialização do “Código da Educação Nacional” – primeira proposta de Plano Nacional de Educação

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu um dos períodos de maior radicalidade política de sua história. Essa época de efervescência ideológica foi substancialmente rica na diversidade de projetos distintos para a sociedade brasileira (GHIRALDELLI, 2001). A chegada de Vargas ao governo federal, instituído como chefe do governo provisório, depois como presidente eleito pelo congresso e posteriormente como ditador auto instituído, configurando o “Estado Novo”, promoveu a centralização da administração governamental e instituiu efetivamente um conjunto de políticas públicas (FRANCO, 2011).

Para Romanelli (2010), a mobilidade social favorecida com a nova ordem políticoeconômica, a contar da década de 1930, vem quebrar, a rigidez do sistema social predominantemente dualista, estabelecendo novas oportunidades, quer às camadas intermediárias incipientes, quer aos imensos estratos agregados à lavoura, em vias de mobilizar-se em direção aos centros urbanos, ou já nestes estabelecidos.

A autora ainda acrescenta que o rompimento das barreiras que separavam nitidamente,

do restante da população, uma enriquecida e poderosa classe de donos de terra e comerciantes significou, por seu lado, modificações mais ou menos profundas no sistema educacional que, até 1930, fora composto de compartimentos estanques a serviço de uma estratificação social rígida (ROMANELLI, 2010). A partir desse contexto identificamos que o Brasil reconhecia as diferenças sociais e as viam como um impasse para o crescimento social.

Para Gonçalves (2012), somente a partir da Primeira República, a educação passou a ser um tema mais debatido pelos intelectuais, devido em especial às novas necessidades da população surgidas no âmbito social, econômico e político, diante a reorganização do estado com a urbanização no país, o aumento da demanda social pela escola e por recursos humanos mais letrados levou a uma crise na educação, uma vez que as organizações escolares existentes não comportavam nem haviam sido estruturadas para atender a essa complexidade. Portanto, devido ao aumento da urbanização e o aumento de empregos na região urbana, houve a necessidade de alfabetização da população brasileira para melhor atender as exigências do mercado.

Em 1924, reuniu-se, no Rio de Janeiro, um grupo de educadores brasileiros imbuídos de ideias renovadoras sobre o ensino, para criar a Associação Brasileira de Educação – ABE. (ROMANELLI, 2010), pois o desenvolvimento da sociedade brasileira, baseado no processo de industrialização e urbanização, traz as pressões sociais em torno da questão da instrução pública, difundindo-se o entendimento do analfabetismo como uma doença, uma vergonha nacional, que deveria ser erradicada (SAVIANI, 2001).

A industrialização requereu um novo perfil da força de trabalho urbana, o que pressupôs uma certa escolarização. Ao mesmo tempo, a diversificação das atividades ocupacionais, inerentes ao processo de modernização, suscitou na demanda pela ampliação das oportunidades educacionais (FERREIRA; AGUIAR, 2008).

Em relação a diretrizes políticas, no início dos anos 1930 podemos destacar a criação do Ministério da Educação e Saúde, a partir do qual o ministro Francisco Campos defendeu a necessidade de desenvolvimento de um sistema de ensino no país – o que foi ao encontro das demandas dos intelectuais (GONÇALVES, 2012).

Na visão de Libâneo (2002), o estado brasileiro, no período de 1930-1964, expandiu-se, a fim de nacionalizar e desenvolver a economia brasileira, particularmente a industrialização, por meio da substituição das importações. Passou também a adoção de programa de educação e saúde pública, de assistência a agricultura, de regulação de preços e de seguros sociais e outros. De maneira geral no período populista ampliaram-se os direitos sociais, econômicos e políticos dos cidadãos, em que pesem os sinuosos caminhos de

constituição da democracia no País, nesse período.

Ainda, de acordo com os autores, o caráter elitista da educação brasileira fez com que a questão educacional se tornasse um problema, com o início do processo de industrialização. As reivindicações dos diferentes movimentos sociais pela ampliação do atendimento escolar, o entusiasmo pela educação, geraram as condições para que em 1932 um grupo de educadores lançasse um manifesto (LIBÂNEO, 2002).

Na perspectiva de se estabelecer os nexos entre o setor educativo e a modernização brasileira, interessa destacar que o crescimento urbano, intensificado pelo processo de industrialização e de suas consequências, acarretou pressões no sentido da ampliação das oportunidades educacionais. (FERREIRA; AGUIAR, 2008).

Dentre os movimentos realizados na época Gonçalves (2012), cita o movimento de entusiasmo pela educação como uma intensa movimentação cívica nos centros urbanos, que envolvia ideias como a moralização de costumes, a contenção da saída de pessoas do meio rural para o urbano, a criação de escolas nos sertões, de formar e criar condições para uma nova mentalidade, mais moderna e civilizada.

O entusiasmo pela educação teve um caráter quantitativo, ou seja, em última instância resumiu-se na ideia de expansão da rede escolar e na tarefa de impulsionar a alfabetização do povo (GHIRALDELLI, 2001). Para Gonçalves (2012), além do favorecimento da minoria do país, outro fator considerado como um dos principais entraves para o progresso do país, nas primeiras décadas do século XX, era o analfabetismo, que devia ser erradicado. De acordo com Cordioli (2011), o analfabetismo ainda é uma preocupação para o governo brasileiro.

Para Ferreira e Aguiar (2008), a princípio, a ABE constitui-se como um espaço de estudos de causa educacional e pela sua propagação. Integraram os seus quadros professores, jornalistas, advogados, políticos, escritores, engenheiros, funcionários do governo, enfim, todos os interessados na luta pela educação. Sendo assim, o favorecimento da minoria deu início às reivindicações para que desta forma, fosse possível a ampliação da assistência escolar. Esses primeiros movimentos resultaram em 1932 ao lançamento de um manifesto à população, chamado de Manifesto dos pioneiros da Educação Nova.

A ABE, entretanto, conseguiu realizar várias Conferências Nacionais de Educação. A primeira delas, em 1927, se deu em Curitiba. Mas, as mais famosas foram IV e a V das quais partiram os motivos para a redação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional”, fruto de debates acirrados em torno de questões cruciais, como gratuidade e obrigatoriedade do ensino, a laicidade, a coeducação e o Plano Nacional de Educação (ROMANELLI, 2010).

Em detrimento a esses acontecimentos, de acordo com Salerno (2007), em 1932, 25

profissionais da Educação, entre homens e mulheres, assinaram o célebre Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um longo e inovador documento, dedicado ao governo e a nação brasileira, que se pautou, em linhas gerais pela defesa pública obrigatória, laica e gratuita e pelos princípios pedagógicos inspirados na abordagem deweyana.

Libâneo (2002) cita que o manifesto dos pioneiros da Educação Nova tencionava a reformulação da política educacional com base pedagógica renovada. Foi redigido em atenção ao pedido de Vargas, na IV Conferência Nacional de Educação (1931), para que os intelectuais ali presentes contribuíssem para a elaboração de uma proposta educacional, que seu governo não possuía.

Para Garcia (1980), o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova trata-se de um programa geral de reorganização da educação Brasileira. Manifesto afirma que a finalidade da educação de acordo com a filosofia de cada época. Assim, a nova tem que ser categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial, e verbalista, montada para uma concepção vencida (ROMANELLI, 2010).

Essa manifestação formal não só se tornou um divisor de águas entre católicos e liberais, mas representou uma importante reação civil de reconhecimento da educação como um problema nacional (SALERNO, 2007).

Em oposição direta aos liberais situaram-se os católicos. Defensores da Pedagogia Tradicional, os católicos reagiram ao “Manifesto”, orquestrando uma bateria poderosa contra as teses escola novistas (GHIRALDELLI, 2001).

Diante dessas novas menções indicadas na primeira fase de grandes mudanças educacionais existia também a presença de lutas ideológicas. Para Romanelli (2010), vê-se, portanto, que a luta ideológica travada não se revestia apenas de caráter religioso: estava também mesclada de aspectos políticos e econômicos. Desta forma, além das ideologias divergentes apresentadas pelos católicos, existiam ainda diferentes pensamentos quanto esse novo momento no aspecto político e econômico. Contudo, o manifesto objetivava a opção de uma escola pública igualitária para todos, independentemente da classe social da população.

Conforme Gonçalves (2012), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova apresentava princípios liberais e propunha um amplo programa educacional, segundo qual o estado deveria ter papel central.

Segundo o autor do Manifesto, o exame, no longo olhar do passado, da evolução da educação através das diferentes civilizações, nos ensina que o conteúdo real desse ideal variou sempre de acordo com a estrutura e as tendências sociais da época, extraindo a sua vitalidade, como a sua força inspiradora, da própria natureza da realidade social (ROMANELLI, 2010).

Assim, identificamos que cada política social, e, em consequência educacional, deve ser revista para que tal ação possa manter-se alinhada com a realidade social em questão.

Garcia (1980) informa que de 1931 a 1937 é intenso o debate sobre a educação, confrontando-se, principalmente, defensores das ideias novas e tradicionalistas católicos. As Constituições de 34 e 37 refletem a influência dessas duas tendências; mas é indiscutível o atendimento de muitas das reivindicações dos educadores imbuídos das ideias novas.

O órgão consultivo máximo destinado a assessorar o ministro na administração e direção da educação nacional era o Conselho Nacional de Educação, criado pelo decreto 19.850 de 11 de abril de 1931 (ROMANELLI, 2010).

Em consequência, a constituição Federal de 1934 absorveu parte do conteúdo do manifesto, definindo como principal função do Conselho Nacional de Educação a elaboração do Plano Nacional de Educação (LIBÂNEO, 2002).

Salerno (2007) também descreve que a constituição de 1934 absorve os ideais do manifesto prevendo, no artigo 152, um Conselho Federal de Educação, com a incumbência de elaborar o Plano Nacional de Educação. Esse Plano Nacional de Educação era, na verdade, um minucioso texto com 504 artigos que se autodenominava, no artigo primeiro, de “código da educação nacional”, o qual, entretanto, acabou sendo deixado de lado e razão do advento do “Estado Novo” naquele mesmo ano em 1937 (SAVIANI, 2000).

Saviani (2000) ainda acrescenta que o referido “Plano” correspondia ao espírito da Constituição de 1934 já que aí, como se assinalou, a ideia de plano coincidia com as próprias diretrizes e bases da educação nacional. Quanto ao conteúdo, entretanto, ele já se afastava da ideia dos pioneiros - que prevalecia, também, na Associação Brasileira de Educação -, aproximando-se da orientação que irá predominar durante o Estado Novo. Assim, enquanto para os educadores alinhados com o movimento renovador o plano de educação era entendido como instrumento de introdução da racionalidade científica na política educacional, para Getúlio Vargas e Gustavo Capanema o plano convertia-se em instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle políticoideológico exercido através da política educacional.

Salerno (2007) informa que elaborado o documento final, o Conselho Federal de Educação encaminha-o ao ministro Gustavo Capanema, em 17 de maio de 1937. Portanto, compreendemos que as medidas tomadas naquela época participam de forma significativa para as políticas sócias, e, sobretudo educacionais nos dias de hoje. A partir desse pequeno contexto, já podemos compreender a importância das primeiras reivindicações realizadas no Brasil. Elas proporcionaram o ponto inicial para que fosse possível a formação de políticas importantes no âmbito educacional.

Conforme Libâneo (2002), a intenção de Gustavo Capanema, ministro da educação no governo Vargas, era elaborar inicialmente uma lei geral de ensino, para depois propor um plano de educação com o objetivo de orientar e controlar as ações educativas no País. Contudo, nenhum dos dois foi concretizado.

Salerno (2007) também esclarece que a ideia de código da educação, bem como de um Plano de Educação não chega a se materializar no período Vargas, nem no período que se segue: de 1946 a 1964. No período compreendido entre 1946 a 1964, observa-se uma tensão entre duas visões de Plano de Educação que, de certo modo, expressa a contradição entre as forças que se aglutinaram sob a bandeira do nacionalismo desenvolvimentista que atribuíam ao Estado a tarefa de planejar o desenvolvimento do país, libertando-o da dependência externa do estado na economia e àquilo que taxavam de monopólio estatal do ensino. Essas duas tendências repercutiam no debate que se travou por ocasião da discussão no Congresso Nacional do projeto da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (SAVIANI, 2000). Porém, de acordo com Saviani (2000), prevaleceu à segunda tendência, que defendia a liberdade de ensino e o direito da família de escolher o tipo de educação que deseja para seus filhos.

Entre 1945 e 1964, foi um período de grandes mobilizações populares em defesa dos bens sociais. Embora as conquistas fossem pequenas, a formação de sindicatos, entidades estudantis e movimentos populares de educação impactaram de forma decisiva sobre a importância dos bens sociais, ampliando significativamente as bases para as conquistas populares (CORDIOLLI, 2011).

Mais tarde, Saviani (2001) informa que passados 13 anos a Lei aprovada em 20 de dezembro de 1961 não correspondeu à expectativa. Assim, à parte as diversas limitações da lei, basta lembrar que o próprio texto incluía expressamente, entre os motivos da isenção da responsabilidade quanto ao cumprimento da obrigatoriedade escolar, o comprovado estado de pobreza do pai ou responsável e a insuficiência de escolas. Contudo, a limitação que acaba de ser apontada não é revertida com a política educacional de que é expressão a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 que fixa as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus (SAVIANI, 2001).

Gonçalves (2012) destaca também o papel do ministro Gustavo Capanema na criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), nomeando Lourenço Filho para organizá-lo, e estabeleceu as Leis Orgânicas de Ensino, iniciadas em 1942 e concluídas em 1946. Durante esse período houve o surgimento de ações governamentais que ainda norteiam os dias atuais.

De acordo com Ferreira e Aguiar (2008), a partir da reforma de Francisco Campos (1931), teve início uma série de iniciativas visando ao fortalecimento de uma estrutura voltada para o ensino técnico-profissional que se completou nos anos 40.

Seguindo as diretrizes da Lei Orgânica de Ensino, Gonçalves (2012) ressalta que em complemento as diretrizes para essa modalidade de ensino, ocorreu a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946.

Segundo Romanelli (1978 apud FERREIRA; AGUIAR, 2008), promulgaram-se as leis orgânicas de ensino industrial e comercial e a iniciativa privada criou o SENAI e o SENAC.

Segundo Cordioli (2011), as políticas educacionais são produtos da interação entre as ações governamentais e os diversos sujeitos educacionais. Neste momento, conforme Ferreira e Aguiar (2008), articulou-se, assim a educação e o treinamento dos trabalhadores urbanos, mediante a parceria escola-empresa.

De acordo com Saviani (2001), a constituição Federal de 1946 ao definir a educação como direito de todos e ao ensino primário como obrigatório para todos e gratuito nas escolas públicas e ao determinar a União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, abria a possibilidade da organização e instalação de um sistema nacional de educação como instrumento de democratização da educação pela via da universalização da escola básica.

Saviani (2001) ainda acrescenta que a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, iniciada em 1947 era o caminho para realizar a possibilidade aberta pela Constituição de 1946.

Para Garcia (1980) o processo que se abre em 46 reintroduz o debate sobre a educação, canalizando, na década de 50, principalmente, para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nesse contexto, a resolução da questão educacional passou a ser incluída entre reformas de base reivindicadas nas amplas mobilizações que tomaram conta do país no início dos anos 60, e que conduziram à quebra do pacto populista. Ao mesmo tempo intensificou-se a difusão do papel da educação como instrumento de mobilização política e de “conscientização”, dando origem aos movimentos de alfabetização de massa, como o Movimento de Educação de Base (MEB), uma iniciativa de grupos da esquerda católica, as campanhas dos Centros Populares de Cultura (CPCs), organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e ações mais localizadas, tal como o Movimento Cultural Popular em Pernambuco e a campanha “De pé no Chão também se Aprende a Ler”, no rio grande do Norte (FERREIRA; AGUIAR, 2008).

Salerno (2007) diz que a partir da década de 1960, o sistema escolar se expande: o entusiasmo pela educação coloca o tema da escolarização em uma pauta internacional o que alguns autores denominam de internacionalização da educação; a escola passa a ser uma instituição conhecida por todos, num cenário de expansão para toda América Latina, com características semelhantes.

Salerno (2007) ainda acrescenta que à medida que a escola se expande, como consequência de implementações políticas, os recursos encolhem, não acompanhando a real necessidade. A escola ao se expandir, absorve as diferenças sociais constituídas numa sociedade de classes: as classes desfavorecidas, antes excluídas desde o acesso à escolarização, agora são excluídas pela falta de recursos neste contexto.

2.3.2 O período da democratização da educação brasileira e a criação do Plano Nacional de Educação

Atualmente, embora possamos testemunhar a presença de inúmeras escolas na sociedade brasileira, compreendemos que entre as escolas do mesmo país existem diferenças consideráveis como na infraestrutura de salas, laboratórios e bibliotecas, além de professores com diferentes formações. Em decorrência dessa desigualdade escolar, podemos encontrar diferenças de ensino entre os próprios estados brasileiros.

A Constituição Federal (CF) promulgada em 1988 foi elaborada num clima de abertura democrática, com ampla participação popular em decorrência dos movimentos sociais que promoveram a redemocratização do país. No campo da educação, em particular, foi intensa a participação de sindicatos dos profissionais da educação. No entanto, a educação era bandeira de diversos outros movimentos sociais, como os de moradia, de trabalhadores rurais, de sindicatos urbanos e et. (CORDIOLLI, 2011). De acordo com este autor, as formulações sobre a educação na CF de 1988 expressam importantes conquistas sociais.

Os anos de 1990 apresentam uma peculiaridade para a discussão em torno das propostas educacionais e pedagógicas: uma impressionante convergência de diferentes setores sociais em defesa da educação e um amplo processo de escolarização (CORDIOLLI, 2011).

Conforme Libâneo (2002), o início do governo Collor, em 1990, coincidiu com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para todos, em Jomtien, na Tailândia, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocasião em que foram estabelecidas prioridades para a educação nos países de Terceiro Mundo, especialmente a universalização do ensino fundamental.

Cordioli (2011) afirma que as transformações educacionais foram orientadas pela Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada, em Jomtien, na Tailândia, em 1990 (UNESCO, 1990), cuja proposta foi reforçada pela Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhague, na Dinamarca, em 1995.

Libâneo (2002) acrescenta que, com o afastamento de Collor em 1992 e a assunção de Itamar Franco na Presidência da República, cujo programa educacional, elaborado com a participação de educadores de todo o País em 1993, foi condensado no documento Plano Decenal de Educação para Todos. Após o governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência, entretanto não deu atenção ao Plano elaborado pelo governo anterior. Com a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, iniciou-se o processo de concretização da política educacional (LIBÂNEO, 2002).

Sendo assim, Libâneo (2002) ainda acrescenta que a reforma educacional brasileira em curso teve início com um elenco amplo de ações, porém sem aumento de recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento do ensino. A centralização dos recursos em nível federal, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), possibilitou melhoria relativa nas áreas mais pobres do País, no entanto provocou perda do padrão educacional em centros maiores.

O governo Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, implantou uma mudança de conceito fundamental, assumindo para o governo federal mais responsabilidade na educação básica e a coordenação das políticas educacionais desse nível (CORDIOLI, 2011).

Dentre as atividades destinadas às práticas educacionais realizadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso, Cordioli (2011) cita a normatização da educação nacional, a implementação de uma política pedagógica do governo federal e educação básica, a adoção de uma nova política de financiamento da educação básica, a instituição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a implementação do programa bolsa-escola, a ampliação dos programas de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE), entre outras atividades. Sendo assim no governo de Fernando Henrique Cardoso houve implementação de políticas públicas no âmbito educacional.

Ainda em 1996 ocorreu a aprovação da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (GONÇALVES, 2012). Conforme citado ainda por Gonçalves (2012), as principais mudanças quanto ao ensino fundamental foram: critérios mais flexíveis na avaliação do aproveitamento escolar, instrumentos para combater a repetência e a defasagem escolar, aumento da carga horária, de 667 para 800 horas-aulas anuais, descentralização e maior autonomia pedagógica, determinação de criação dos Parâmetros

Curriculares Nacional e organização do sistema do ensino em educação infantil, ensino fundamental (8 anos) e ensino médio (3 anos) e em ensino superior.

No final do primeiro semestre de 1997, o MEC divulgou um documento denominado Plano Nacional de Educação (SAVIANI, 2000). Este Plano Nacional de Educação também é conhecido pela sigla PNE. O documento reproduz as disposições legais relativas ao PNE contidas na Constituição Federal, na LDB e na lei 9.131/95 que instituiu o Conselho Nacional de Educação (SAVIANI, 2000). Atualmente, o Plano Nacional da Educação traz o desafio da articulação para a oferta educacional de maneira integrada e colaborativa (BRASIL, 2015)

Sobre o Plano Nacional de Educação, vale acrescentar que para se concretizar como Política de Estado, capaz de extrapolar os tempos das gestões governamentais, precisa estar vinculado aos planos estaduais, do Distrito Federal e municipais de Educação, além de servir de referência para a elaboração dos Planos Plurianuais nas diferentes esferas de gestão. As metas são nacionais, portanto, todos têm compromisso com cada uma delas (BRASIL, 2015).

Para Santos (2002), o Plano Nacional de Educação constitui a mais recente conquista legislativa do país, depois dos grandes marcos da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da lei do Fundef. Porém, Cordioli (2011) afirma que o analfabetismo ainda é uma preocupação para o governo brasileiro. Sendo assim, o PNE fixou meta contra o analfabetismo no país em 2011. Um grande esforço tem sido realizado para esse fim, em particular no Programa Brasil Alfabetizado. Os dados são promissões, mas parece que o analfabetismo ainda não vai ser extinto nesta data. Portanto conforme a previsão de Cordioli (2011), o Brasil ainda encontra ainda dificuldades para a erradicação do analfabetismo.

De acordo com Gonçalves (2012) o presidente Fernando Henrique quando reeleito, não conseguiu completar o processo de reforma do Estado. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito e tomado de grandes expectativas pela população brasileira. Considerando que a educação é condição para cidadania, o governo Lula se mostrou determinado, segundo as concepções e as diretrizes do programa de educação para o Brasil, a reverter o processo de municipalização predatória da escola pública. (LIBÂNEO, 2002).

A educação se trata de um direito de todos, portanto para garantir tal efeito o governo Lula contou com um novo marco para finalidade pública. Libâneo (2002) comenta que para garantir a educação como direito, o projeto de educação do governo Lula obedeceu a três diretrizes gerais: a) democratização do acesso e garantia de permanência; b) qualidade social da educação; c) instauração do regime de colaboração e da democratização da gestão. As diretrizes inseridas no governo Lula moldam a todos os cidadãos brasileiros uma articulação com objetivos importantes quanto ao acesso e permanência do mesmo. Tais diretrizes

objetivam também a adequação social proporcionando a todos, padrões de excelência e a efetivação da inclusão social.

O governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) é marcado por programas que possuem elementos mobilizadores, que procuram envolver governantes, a população ou segmentos específicos dos sujeitos escolares (CORDIOLLI, 2011).

A política do governo federal na gestão Lula mostrou ao menos duas qualidades importantes. A primeira foi associar os programas de transferência de renda com a educação – no primeiro momento houve a obrigatoriedade de que os atendidos com o bolsa-família mantivessem as crianças na escola; a segunda foi ofertar bolsas para jovens em idade escolar que frequentam o Pró-Jovem, o que garante uma transição da situação de excluídos, garantindo a reinserção no sistema escolar. (CORDIOLLI, 2011).

A partir deste breve contexto referente à história da educação no Brasil e suas respectivas ações promovidas pelas políticas educacionais, compreendemos que cada política institucionalizada está relacionada à época e o contexto histórico vivenciado pela sociedade. Embora ainda existam inúmeras desigualdades sociais em nossas comunidades, as políticas públicas de educação visam melhorias sociais de forma que a sociedade alcance direitos e acessos sem diferenças.

Com o passar dos anos, observamos que a história da educação percorreu longos fatos importantes, identificamos a partir do histórico educacional as criações de políticas públicas e educacionais que viabilizam uma formação igualitária a todos os cidadãos.

Pensar a educação brasileira hoje é pensar a superação do fracasso escolar exposto, principalmente, por altos índices de evasão e repetência. É pensar a real democratização do ensino, não só do ponto de vista de sua expansão quantitativa, mas, prioritariamente, de sua dimensão qualitativa (CANDAUI, 2002). Entretanto, compreendemos que inúmeras mudanças na história Educacional correspondem a anseios advindos da população em obter uma sociedade sem estratificação social. Desta forma, acreditavam que a educação era um ponto inicial para que os direitos fossem igualados.

A busca de ações políticas voltadas à educação atende os objetivos de uma sociedade que não tinha voz, porém, objetivavam mudanças sociais. Com isso, identificamos que graças à luta e o desejo de mudança da população foi possível a tomada de medidas educacionais.

Mediante as medidas educacionais, entendemos que a escola e a sociedade possuem participação fundamental na educação. Para tanto, é essencial salientar a importância do assistente social nesse contexto. Tais profissionais desenvolvem papel importante na vida da comunidade e da realidade escolar.

3 O SIGNIFICADO DA EVASÃO ESCOLAR PARA O SERVIÇO SOCIAL

3.1 Aproximando as definições de Serviço Social e Educação

Para o desenvolvimento dessa discussão, efetua-se inicialmente uma argumentação sobre a definição dos termos, Serviço Social e Educação. Sobre o Serviço Social, Montañó (2009, p. 30) o define a partir de duas perspectivas: a tese endogenista e a histórico-crítica. Aqui, privilegiaremos a perspectiva histórico-crítica, aonde o Serviço Social pode ser compreendido como:

[...] produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social”. (MONTAÑO, 2009, p. 30).

Partindo dessa definição, compreende-se que o Serviço Social é uma profissão que tem a sua “[...] “prática profissional” profundamente condicionada pelas relações entre o Estado e a Sociedade Civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade [...]” (IAMAMOTO, 2005, p. 22-23), e que tem a questão social como base fundante da profissão, pois:

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigido seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 83-84).

Essa mesma autora ainda define o Serviço Social como uma prática profissional “inscrita no âmbito da produção e reprodução da vida social” (IAMOMOTO, 2005, p. 27). Assim constata-se juntamente com a autora que o Serviço Social não se constitui como profissão para criar um espaço de atuação e sim a existência desses espaços é que enseja a constituição da profissão.

Quanto à inserção do Serviço Social na Educação, Silva (2012) relata que:

A inserção do profissional de Serviço Social na Educação constitui-se numa perspectiva real de recuperação dessa humanidade roubada por meio dos esforços contínuos de criação de laços de reconhecimento entre os sujeitos que desenvolvem os processos de articulação. Assim, permite-se que o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias estejam à serviço da reconstrução da dignidade humana. O Grupo de trabalho de Serviço Social na Educação vem contribuindo para a visibilidade da categoria profissional nos lugares onde passa e fica, constituindo-se um forte aliado na concretização do projeto ético, político e profissional, reiterando aos diversos e

múltiplos sujeitos sociais os princípios que orientam o fazer profissional do Serviço Social, como democracia, liberdade, participação e transformação social. (SILVA, 2012, p. 123).

A inserção do profissional de Serviço Social na Educação é uma questão de justiça social que, concretizada, contribuirá para a correção de práticas de injustiça com todo o seguimento da comunidade escolar, professores, famílias, alunos e comunidade. Ela também contribuirá para uma ampliação da proteção social, por meio do estreitamento de ações entre os diversos setores da sociedade, os quais contarão com mais um ponto de referência para a construção, manutenção e ampliação dos direitos sociais, propiciando aos sujeitos maiores e mais intensas experiências na condição de sujeitos sabedores dos seus direitos e por isso mais hábeis na vida coletiva. (SILVA, 2012, p. 123).

Após compreendermos os sentidos do Serviço Social busca-se conceituar a Educação. Segundo a Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 1º “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Diante do disposto em Lei, citado acima, é propício trabalhar o termo educação a partir do conceito atribuído pelo Conselho Federal de Serviço Social (2011), que a define como:

Um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação. (CFESS, 2011, p. 16).

E assim, a vista dessas definições aqui trabalhadas, percebe-se a relação entre Serviço Social e Educação como profissões similares no que diz respeito a funções importantes no processo de reprodução social e nas formas de reprodução do ser social, haja vista a prática profissional do assistente social ser condicionada pela relação entre as classes na sociedade e a educação se desenvolver socialmente sob as marcas das contradições, projetos e lutas societárias.

Quando visitamos os primórdios do Serviço Social como profissão, no Brasil, Schneider e Hernandorena, (2012), afirmam-na como uma profissão regulamentada no Brasil pela Lei nº 3252/1957, posteriormente revogada pela Lei nº 8.662/1993. Tendo suas

primeiras escolas criadas na década de 30, e em específico no Estado do Rio Grande do Sul na década de 40, o Serviço Social teve seu reconhecimento legitimado como profissão, nos anos 40 e 50, sendo mais tarde regulamentada em 1957 com a Lei 3252. Acompanhando as transformações da sociedade brasileira a profissão passou por mudanças, sofrendo modificações e formação de uma nova regulamentação: a lei 8662/93.

Schneider e Hernandorena (2012) explicam que como em todo o país a profissão nasceu ligada às fundações católicas, em que a Igreja assumia até então as lutas relativas às questões sociais. Ainda, conforme as autoras, o profissional de Serviço Social não estava sendo requisitado somente na área de assistência social, mas, também, para atuar em novas demandas ligadas às áreas de saúde, habitação, educação, dentre outras, salientando também o seu envolvimento nos movimentos sociais e na luta pelo proletariado (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012).

Assim, o trabalho do assistente social toma novos olhares, pois, além de ser requisitado nas condições inerentes ao Estado, eram solicitados também nas organizações da Igreja Católica. Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social (AMARO, 1997).

Nesse contexto de crescimento da profissão, diante da necessidade de intervir nas várias áreas das políticas sociais, o Serviço Social se vê compelido a desenvolver a pesquisa como estratégia operacional. Gonçalves e Kernkamp (2013) mencionam que a construção do conhecimento no Serviço Social deve ser feita pela via da investigação. Sendo assim, a pesquisa é inserida em um patamar significativo para o crescimento da profissão. Notadamente, como forma de produzir conhecimentos, a pesquisa vem ganhando cada vez mais espaço no cenário profissional. A consequência disso é o significativo aumento em relação à produção de conhecimento sobre a realidade social brasileira. Essa expansão ganhou mais evidência a partir de 1980 e, até então, só tem crescido. Isso prova que a investigação não deve estar somente no meio acadêmico, por meio dos projetos de pesquisa para monografias, dissertações, teses, dentre outros, mas também no próprio cotidiano profissional. Aliás, a pesquisa tornou-se um pré-requisito o desenvolvimento do trabalho profissional (GONÇALVES; KERNKAMP, 2013).

Neste contexto, podemos detectar a importância da pesquisa em todos os campos, sobretudo, na educação. Pois, através da formação de pesquisas, temos a possibilidade de crescermos profissionalmente e abrirmos portas as novas informações e contribuir no conhecimento e elaboração de processos de intervenção no sistema educacional.

A atitude investigativa do serviço social deve estar presente no seu cotidiano e não

somente na academia, afinal, não devemos, em hipótese alguma, fazer uma separação entre aqueles que “pensam” (academia) e aqueles que atuam (profissionais dos campos de trabalho). (GONÇALVES; KERNKAMP, 2013).

A definição *latu senso*, da educação como complexo constitutivo da vida social, a classifica como um instrumento social capaz da elevação cultural do indivíduo, que institucionalmente, se desenvolve na escola, espaço de formação que a falta de cidadania emergida em meio às contradições sociais e o jogo de força das classes, impulsionadas pelas desigualdades sociais, a transforma em um cenário de problemas sociais de diversas ordens.

Nessa ótica da realidade social entendemos juntamente com Martins (2012) a justificativa da inserção do Assistente Social na Educação, quando ele discorre que:

A complexidade do contexto social, a posição que ocupa a política de Educação, justifica o interesse dos Assistentes Sociais, em especial, dos órgãos representativos da categoria profissional, o CFESS/CRESS², não por vislumbrar uma mera ampliação do mercado de trabalho profissional, mas principalmente, pelo reconhecimento da posição estratégica que a educação desempenha nos processos políticos, econômicos, sociais e culturais. (MARTINS, 2012, p. 43).

Diante de um contexto propício ao debate de alguns marcos dessa inserção, passaremos a contar com o auxílio de Amaro (2012, p. 19) que expõe em seu livro “Serviço Social na Educação: Bases para o Trabalho Profissional”, o mais antigo registro do Serviço Social educacional, cuja autora relata a experiência ocorrida no “estado do Rio Grande do Sul, quando foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretária de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946, através do Decreto nº 1394”.

3.2 A inserção do Serviço Social na educação: marcações teóricas e históricas

Segundo Amaro (2012), o Serviço Social na educação iniciou articulado ao programa geral de assistência ao escolar, tinha suas atividades voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno e a promoção de ações que permitissem a adaptação dos alunos ao meio escolar, bem como, o equilíbrio social da comunidade escolar. Nesse espaço sócio-ocupacional, os assistentes sociais atuavam com situações escolares de desvio, defeito ou anormalidade social.

A partir da década de 1980, quando se intensifica o debate acerca do papel do/a Assistente Social, durante o movimento de reconceituação, com seus desdobramentos críticos

² CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

quanto à identidade e a atuação dos assistentes sociais, a intervenção social no âmbito escolar ganhou novos moldes.

Descobre-se que a escola, funciona como um aparelho ideológico e, portanto, serve funcionalmente a reprodução social mediante a educação massificadora, tradicional e bancária que oferta. Em vista disso, parte-se à construção de práticas profissionais que não só sirvam à retroalimentação da política educacional como também a problematizem, enfocando nos aspectos econômicos, sócio-políticos e culturais e nas contradições entre a escola e a realidade social (AMARO, 2012, p. 20).

Na década de 1990, mediante mudanças na legislação, determinadas pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, é enunciada uma nova concepção de educação. Enfatizando o papel do Estado como provedor de uma educação de qualidade e direito de todos, a realidade social “apresenta-se no cenário brasileiro uma conjuntura favorável para a criação de espaços de atuação do/a assistente social na educação” (SILVA, 2012, p. 75).

Isso ocorre porque no início da década de 1990, o País passa por transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que atingem significativamente a sociedade, principalmente a parcela que desenvolve o trabalho informal. Transformações que intensificam o aumento da pobreza das famílias da classe trabalhadora e seus segmentos, as quais adquirem perfil socioeconômico que as emolduram em programas socioassistenciais e as tornam principais beneficiárias de políticas sociais³.

Diante desse breve diagnóstico da inserção do Serviço Social na Educação na década de 1990 é possível fortalecer a atuação do/a assistente social no âmbito escolar utilizando o entendimento de Franco (2012), quando ele trata que o objeto de trabalho do assistente social,

[...] está relacionado com a operacionalização de políticas sociais enquanto bens e serviços para satisfazer as necessidades básicas da vida daqueles pertencentes às classes populares da sociedade, diante dos reflexos da questão social presentes na contemporaneidade, traduzidas em expressões das desigualdades sociais. (FRANCO, 2012, p. 57).

Assim, chega-se aos anos 2000 (século XXI) com o registro do Serviço Social inserido na educação.

[...] em alguns municípios dos estados do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco, de Minas Gerais e do estado São Paulo [e com] um movimento da categoria profissional – liderado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) –, com a contribuição de diferentes grupos da sociedade, voltado a implantar o Serviço Social na educação de rede pública de ensino [...] (AMARO, 2012, p. 23).

³ No âmbito do Serviço Social, a Política Social é um elemento central na mediação do Serviço Social nas estratégias de enfrentamento da “questão social” adotadas pelo Estado e pelas classes sociais.

A autora ainda relata que:

As experiências desses estados, em que assistentes sociais são ativos nas questões sociais que perpassam o contexto escolar e suas relações complexas, têm servido de bússola para a conquista de espaço em outros estados e municípios, fortalecendo inclusive a aprovação de projetos de lei há muito apresentados. É o caso da Lei Estadual nº 16.683/2007 (MG) e da Lei Municipal nº 1.846/2009, do Município do Capibaribe (PE) (AMARO, 2012, p. 25).

A participação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no movimento ocorrido no Brasil no ano 2000 resulta na produção do Parecer Jurídico denotando atribuições referentes à atuação do Serviço Social na Educação. E em 2001 é criado pelo CFESS, um Grupo de Estudo em Serviço Social na Educação, que constitui subsídio teórico do assunto em questão. (CFESS, 2011)

Nestes termos cabe trazer a observação de Silva (2012) quanto alguns marcos inerentes ao contexto, pois ela relata que:

Observando os projetos de lei (PL) de algumas partes do país, podemos destacar que o ano de 2003 marca a apresentação de dois documentos, a saber: o Estado da Bahia, que foi apresentado à Assembleia dos Deputados Estaduais, sem ainda ter sido votado, e a apresentação do projeto de lei em Minas Gerais. Para citar mais dois projetos de lei, temos o do Estado do Ceará que foi apresentado aos deputados em 2005 e o do Rio de Janeiro, em 2006. Todos esses projetos de lei vieram na esteira do projeto de lei federal 3.688, votado na Câmara Federal em 2000 e atualmente na mesa diretoria do Senado Federal como PL 60 / 2007. (SILVA, 2012, p. 66).

Sobre o PL 60/2007, Silva (2012) ainda relata todo seu histórico. Este, dispõe-se a seguir:

Nascido do PL 3688/2000 da Câmara de Deputados, o PL 60/2000, chegou ao Senado apenas com a indicação do Serviço Social para as escolas. No Senado, os três artigos que compunham o PL tiveram acrescida a presença de psicólogos no processo de acompanhamento dos alunos.

Este PL foi analisado em dois Pareceres no Senado. O primeiro foi o Parecer 298/2009. A ideia apresentada nesse documento era de que psicólogos, vinculados aos serviços públicos de assistência social, atuassem nas escolas ou, preferencialmente, nos serviços de saúde e assistência social.

[...]

O parecer 298, ao propor a inserção do termo “preferencialmente”, não define como seria realizado tal fluxo de atendimento. O assistente social iria a escola? A gestão indicaria o serviço para os alunos? Como tal fato fica sem resposta, o Parecer 299 / 2009 se encarrega de responder. (SILVA, 2012, p. 69-70).

Então, diante essa sequência evolutiva de acontecimentos inerentes à temática e após o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação ocorrido em junho de 2012 em Maceió (AL).

[...] o Conjunto CFESS-CRESS coloca à disposição da categoria o documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”,

estruturado com a perspectiva de afirmação: da concepção de educação que deve orientar a atuação profissional; das competências e atribuições do/a assistente social; bem como das dimensões, particularidades e estratégias para a inserção, atuação e consolidação do exercício profissional no âmbito da educação em consonância com o projeto ético-político e profissional do serviço social (CFESS, 2001, p.13).

Dessa forma é possível perceber o crescimento da inserção do Assistente Social no âmbito escolar, mesmo que tímido diante as exigências desencadeadas por esse âmbito, como serão destacadas no próximo item.

Em decorrência da reestruturação produtiva, que afetou o Brasil a partir de meados do séc. XX, caracterizada por avanços científicos e tecnológicos advindos da transição do modelo de produção fordista para o Toyotista, surge à necessidade de preparo técnico e ideológico da força de trabalho. Então, tanto a classe empresarial como o Estado, ainda que por interesses em disputa, induzem a reintegração da teoria do capital humano pela importância de adaptação e integração ao mercado de trabalho.

Essa necessidade refletiu na política de educação, pois mediante a rápida disseminação da teoria do capital humano como núcleo da solução das desigualdades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento como o Brasil, provocou mudanças na estrutura e na legislação educacional sob a égide da ideologia neoliberal. Segundo Alves (2007, p. 252) citando Batista (2002) a teoria do capital humano em “sua concepção individualista admitia que, de posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais, o indivíduo estaria habilitado para a competição pelos empregos disponíveis (a educação era vista como um investimento em capital humano individual)”.

Nestes termos ainda coloca que:

A nova lógica da mundialização do capital significaria *não* o abandono da teoria do capital humano, que se disseminou na “época de ouro” do capitalismo, tendo em vista que sua concepção individualista ainda é adequada à hegemonia neoliberal, mas uma nova tradução da teoria do capital humano. É o conceito de empregabilidade que irá apresentar a nova tradução a teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais [...] habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito [...] (ALVES, 2007, p. 253).

Dessa forma as mudanças ocorridas, nos setores econômicos, político, social e cultural, principalmente as mudanças no mundo do trabalho que indubitavelmente refletem sobre a política de educação, promovem uma requisição da atuação do assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Não obstante, essas mudanças afetaram significativamente os trabalhadores, haja vista fomentarem o aumento da pobreza nas famílias de classes sociais subalternas e as vestirem o manequim do perfil socioeconômico que as inserem nos

programas socioassistenciais, configurando-as em principais beneficiárias das políticas sociais, entre estas a política de educação.

Entender e problematizar a atuação do assistente social no campo da educação é compreender e refletir a prática social no cotidiano, sua atuação nos efeitos dos problemas sociais. O objeto de trabalho desse profissional está relacionado com a operacionalização de políticas sociais enquanto bens e serviços para satisfazer as necessidades básicas da vida daqueles pertencentes às classes populares da sociedade, diante dos reflexos da questão social (FRANCO, 2012, p. 57).

Portanto, é possível evidenciar as exigências da prática do assistente social no âmbito escolar a partir da observação das expressões da questão social presentes nesse âmbito, estendendo-se ao perfil desse profissional o exercício da prática.

A respeito das expressões da questão social presentes no âmbito escolar, há um contingente de produções literárias sobre a temática, representados por SILVA (2012), Amaro (2012) e o próprio CFESS (2001). Tratam-se de produções que mostram claramente a existência de problemas marcantes na atual realidade do âmbito escolar brasileiro, caracterizados pela evasão, repetência, problemas de aprendizagem, baixo rendimento escolar, problema de saúde do educando, questões associadas à violência doméstica, violação dos direitos da criança e do adolescente, relações familiares precarizadas, trabalho infantil, discriminações sociais, fome, abandono, gravidez na adolescência, desinteresse pelo aprendizado, problemas com disciplina, insubordinação às regras escolares, vulnerabilidade às drogas e atitudes e comportamentos agressivos, entre outros, estão presentes no cenário da educação escolar. Expressões da questão social que configuram as exigências da prática do Assistente Social no âmbito escolar.

Enquanto questões trabalhadas na prática profissional do Serviço Social no âmbito escolar, pela interpretação das possibilidades contidas na própria legislação de regulamentação política de educação brasileira. São também definidas por Martins (2012) em três eixos que configuram as exigências da prática do Assistente Social no âmbito escolar:

[...] a dimensão socioeducativa da profissão, [Assistente Social]; [...] a democratização da educação, não apenas de garantir o acesso e permanência dos estudantes na escola, mas também de potencializar o processo de construção da gestão democrática no espaço institucional público [...] e; [...] a articulação da política de educação com as demais políticas sociais e, em especial, a rede socioassistencial pertinente. (MARTINS, 2012, p. 45-47)

O que percebemos é o grande número e a diversificação de situações características de expressões da questão social no interior e entorno da escola, que tem a cada dia compartilhado o cenário com as atividades estritamente pedagógicas e, outrossim desafiando professores,

administrativos e demais profissionais do âmbito escolar, para ao tratamento de tais problemáticas.

Quanto ao disposto acima cabe salientar as palavras de Amaro (2012, p. 26) quando diz que, “[...], nem sempre na formação dos professores e gestores, o conteúdo com foco na cidadania é pautado. Ou seja, seguem os professores e gestores escolares desbussolados diante de tantos desafios”.

Então é notória, à vista desse cenário, a exigência de um profissional habilitado e capacitado em sua formação teórico-metodológica-operativa para intervir nessas questões, bem como, em atendimentos a demandas socioeconômicas e culturais, para articular relações entre a instituição escolar e a rede de proteção social, entre outras. Sob tais requisitos identifica-se o (a) profissional assistente social. Entendendo-se, nesse patamar:

O Assistente Social, enquanto profissional que tem a questão social como centralidade e historicamente atua em suas múltiplas e complexas manifestações, tem competência para planejar, propor elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional. Nos espaços educacionais, dada a sua permeabilidade às questões sociais globais e aos enfrentamentos particulares da vida social dos sujeitos que neles convivem, a importância e necessidade do trabalho do serviço social não apenas se confirma como se dimensiona (AMARO, 2012, p. 102).

Sendo assim, a atuação do assistente social na educação não se limita a uma ação de assessoria e nem tão pouco no ensejo de ampliar sua área de atuação acrescentando mais um espaço e muito menos a ação de substituir qualquer que seja outro funcionário dentro da escola, mas, se efetiva ao atuar de forma a contribuir na garantia do direito universal à educação, proposto em lei (CF/88) a todo indivíduo/cidadão.

Diante esta demanda, ao profissional é imposto um perfil capaz de garantir a qualidade de atuação na política da educação. São feitas as exigências de, em primeira instância – semelhante às outras profissões e independente da área de atuação – ter um perfil emoldurado as determinações da lei que regulamenta a profissão (Lei nº 8.662/93) e do Código de Ética do/a assistente social, bem como ter o exercício de sua prática em sintonia com os princípios contidos no mesmo, efetivação das competências e atribuições regidas pelo conjunto de Conselhos CFESS e CRESS.

Quanto ao perfil do assistente social para a prática no âmbito escolar Franco (2012) parafraseado Iamamoto (2008) discursa que:

A inserção do assistente social na política de educação requer um perfil profissional crítico, capaz de formular, recriar e avaliar propostas a partir da leitura crítica de seu

entorno com competência teórico-metodológica que lhe dê condições de avançar no seu fazer profissional [...]. FRANCO, 2012, P. 59

Assim sendo, o assistente Social deve ter um perfil profissional crítico, capaz de criar, recriar e avaliar propostas a partir da leitura crítica de seu entorno. Capaz de realizar um trabalho socioeducativo sob um caráter emancipatório, de articular a política de educação com as demais políticas sociais, instrumentalizar⁴, orientar e apoiar os processos de organização das atividades administrativas e técnico-operacionais do ambiente escolar e promover o trabalho interdisciplinar⁵ entre outros.

O Conselho Federal de Serviço Social (2001) órgão de defesa e fiscalização da profissão, também trata a inserção do profissional assistente social na política de educação, estabelecendo que ao mesmo caberá desenvolver atividades técnicas profissionais, dentre outras funções, dadas a seguir:

Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para a caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício de cidadania; Participação em equipe, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosa e demais questões de saúde pública; Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, segundo Parecer Jurídico 23/00 de vinte e dois de outubro de 2000, do Conselho Federal de Serviço Social. (CFESS, 2001, p. 13).

Diante das atividades dispostas acima, o profissional assistente social ainda dispõe de competências e atribuições que norteiam sua prática não só no âmbito das políticas educacionais como na universalização da mesma. Tais competências e atribuições são expostas também pelo CFESS, normatizadas na Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993 nos artigos:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

⁴A *instrumentalidade do Serviço Social*, dada pela forma na qual a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e reposta pela dinâmica da realidade social, tanto vincula a profissão a outros ramos de atividade profissional quanto atribui à profissão um *status* peculiar, já que contempla as ações pelas quais o profissional é reconhecido e requisitado socialmente (GUERRA, 2011, p. 159).

⁵Trabalho interdisciplinar, na concepção de Severino, cuja conceituação de interdisciplinaridade é uma tarefa inacabada, mas, fundamentalmente, “uma tentativa unidade do Saber, esteja ele posto em ação no ensino, na pesquisa ou na prática social” (SEVERINO, 2010, p. 11-12).

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
 - II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
 - III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
 - IV - (Vetado);
 - V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
 - VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
 - VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
 - VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
 - IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
 - X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
 - XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- [...]
- Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:
- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
 - II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
 - III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
 - IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
 - V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
 - VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
 - VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
 - VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
 - IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
 - X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
 - XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
 - XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
 - XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Portanto, na escola, o assistente social tem a possibilidade de contribuir, nos diferentes níveis de ensino e de múltiplas formas, bem como nos diferentes espaços do âmbito escolar. E, a partir do extenso levantamento bibliográfico realizado neste trabalho é possível elencar

algumas dessas possibilidades e ainda por meio deste fazê-las conhecidas. Sendo assim o/a Assistente Social inserido nesse âmbito escolar pode contribuir com:

- Todos os membros da comunidade escolar (professores, servidores, famílias, estudantes e comunidade), possibilitando melhor resultado em suas relações;
- Promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, emergidas no interior e/ou exterior da escola inerentes à mesma;
- Com a realização de diagnósticos sociais, bem como, “analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos”;
- Na garantia do acesso e permanência das classes menos favorecidas e vítimas das expressões da questão social mediante o direito universal a educação;
- No fortalecimento das ações coletivas;
- Na articulação da política de educação com as demais políticas setoriais para a garantia efetiva dos direitos sociais de alunos e de suas famílias;
- Na elaboração e execução de programas de orientação sociofamiliar;
- Na prevenção das manifestações da “questão social” (violência, uso de drogas e alcoolismo, evasão escolar, entre outras) por meio do trabalho multidisciplinar.

Considerando todas essas contribuições descritas é possível definir que a contribuição do Serviço Social no âmbito escolar consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que geram os fatos existentes na escola (evasão escolar, o baixo rendimento escolar, sexualidade, violência doméstica, entre outros já citados neste) que tem afligido alunos, pais, professores e demais profissionais do âmbito escolar bem como autoridades de todos os níveis hierárquicos do país. Contribuir também na intervenção conjunta com educadores, psicólogos, autoridades governamentais, consolidando uma ação mais efetiva em direção a possíveis soluções das demandas.

[...] diante da complexidade natural das questões sociais e do modo como se relacionam, sedimentam e ampliam no cenário escolar, tanto profissionais como seguimentos da comunidade – despreparados para tal abordagem dada sua ausência de formação específica – muito pouco têm podido fazer, no sentido da superação das dificuldades que obstaculizaram a vida na escola.

A necessidade de implementação dos saberes disponíveis, na perspectiva de construir abordagens e respostas eficazes e efetivas às demandas sociais apresentadas, conjugada ao reconhecimento da qualificação técnica do assistente social para esse trabalho, trouxe esse profissional para o cenário da educação (AMARO, 2012, p. 17).

Ao analisar a escola enquanto espaço sócio-ocupacional do assistente social, por se tratar de um lugar atravessado por diversas complexidades de expressões da questão social e, portanto, exigir a presença do profissional especializado não apenas na compreensão e definição das contradições sociais, mas, sobretudo, especializado no postulado interventivo das problemáticas manifestadas nas relações internas e externas ao mundo escolar, a autora conjectura:

A escola há muito tempo não é mais representada como o lugar neutro, dedicado exclusivamente à vivência do ensinar e do aprender. Ao contrário, tornou-se ponto de encontro, de convivência social, um palco potencial de fecundação da cidadania. A visão linear de escola, focalizada no estudo e no aprendizado dos currículos, vem sendo refletida e complementada com outras formas, de expressividade e condução do conhecimento, necessárias para viver em sociedade (AMARO, 2012, p. 17).

Tal reflexão deixa perceptível que entre variadas e múltiplas formas que o assistente social tem a contribuir inserido no âmbito escolar suscitam alguns desafios também. E a esse respeito discorre Almeida (2000 apud FRANCO, 2012, p. 55) que, “[...] para o assistente social [...] o campo educacional reserva a atuação deste profissional a dois eixos fundamentais: “[...] a posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil à dinâmica da globalização e o movimento interno da categoria, [...]”.

Segundo Franco (2012) citando Almeida (2000) para selar seu pensamento de que o assistente social inserido na comunidade escolar amplia seu campo de trabalho para além das políticas públicas de saúde, assistência, previdência, habitação entre outras, assegura que a proposta do Serviço Social na educação é pautar a sua práxis na realidade escolar, que por sua vez extrapola a prática pedagógica, no mesmo passo em que possui uma interlocução com a esta.

Diante de todo disposto nesta pesquisa e de toda leitura realizada para o desenvolvimento da mesma podemos então concluir que em respostas as exigências da prática do assistente social no âmbito escolar, cabe ao mesmo comprometer-se com as classes desprovidas de direitos sociais, realizando uma leitura crítica da realidade escolar a contribuir para a melhoria da política da educação.

Atualmente as crianças e jovens estão vivendo em um mundo onde a tecnologia e brinquedos estão cada vez mais chamativos. A internet proporciona diversos atrativos, fazendo com que desperte neles um grande interesse, que muitas vezes é maior do que o fato de frequentarem a escola. A escola, muitas vezes não proporciona aos alunos atividades atrativas, que chamem a atenção destes, fazendo assim, com que eles percam o interesse em estudar, desmotivando-os.

Apesar de saber que a educação hoje é uma ferramenta necessária e fundamental para o desenvolvimento pessoal, social e econômico de uma pessoa ainda existem dificuldades em mostrar esta importância para os alunos. Observa-se que vem havendo um crescimento no número de alunos que chegam as escolas apresentando alto grau de desmotivação o que pode levar a repetência e até mesmo a evasão escolar (KNÜPPE, 2006).

O poder de percepção do assistente social frente à evasão escolar é tão importante quanto ao trabalho do educador durante o período de aprendizagem do educando. Cada descoberta realizada pelo indivíduo, durante o seu desenvolvimento na fase escolar, é considerado um objetivo alcançado, uma vez que, cada aluno mantém o seu desempenho mais aprimorado em diferentes disciplinas (LIBÂNEO, 2013).

Aos olhos do assistente social, o mal desempenho dos alunos se destaca à partir da alfabetização dos mesmos, onde o (a) professor (a) alega que seus educandos não são inteligentes o suficiente, outrora, alegam imaturidade e/ou problemas emocionais por parte do aluno, fazendo com que isso justifique o abandono aos estudos (LIBÂNEO, 2013).

Segundo Libâneo (2013), os objetivos do ensino são planejados tendo-se em vista uma criança idealizada e não uma criança concreta, cujas características de aprendizagem são determinadas pela sua origem social. Ignoram-se, portanto, os conhecimentos e experiências, suas capacidades e seu nível de preparo para usufruir da experiência escolar. Repassar aos pais e/ou responsáveis toda a culpa pelo mal desempenho do educando tem sido frequente, uma vez que, tal responsabilidade depende de todo um conjunto, como, família, sociedade e a instituição de ensino.

Dessa forma, percebe-se que a relação entre Gestão Escolar e Serviço Social é imprescindível, a partir do entendimento de que ambas são intimamente ligadas, tendo como objetivo o trabalho em prol do exercício da emancipação, autonomia e cidadania da comunidade escolar. Assim entende-se que a atuação do Assistente Social no contexto escolar, representa a efetivação de uma gestão escolar plena, a qual possa envolver todos os sujeitos do cenário na construção de uma política que atenda o aluno em sua integralidade (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012).

Entende-se que o aporte do Assistente Social para a realidade de escolas privadas e/ou filantrópicas vai muito além de avaliações socioeconômicas ou desenvolvimento de Projetos Sociais, ou seja, apesar desta profissão estar sendo inserida nesse contexto por obrigações legais, compreende-se que o Serviço Social tem enorme relevância para contribuir não somente com as situações cotidianas, procedentes das questões sociais, mas por meio da mobilização social da comunidade escolar, colabora no processo de democratização da

educação, com vistas ao fortalecimento da Gestão Escolar

Contudo, de acordo com as autoras acima citadas, compreendemos a seriedade e a essência da união entre o Serviço Social e o ambiente escolar. De forma progressista e popular o Serviço Social contribui na formação e na efetivação de condutas educacionais, monitorando ativamente as atividades públicas relacionadas à educação.

Para Brandão (2007), a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder. Mas, a seu modo, ela continua no homem o trabalho da natureza de fazê-lo evoluir, de torná-lo mais humano. Sobretudo a educação proporciona ao cidadão oportunidades e maiores possibilidades na sociedade. Através dela, o indivíduo consegue superar seus desafios e medos, além de atingir suas expectativas relacionadas à vida social, familiar e profissional.

Em suas diversas formas, a educação está presente em todo o tempo histórico, com uma linha de continuidade, sem sofrer interrupções. Trata-se de uma relação de troca entre indivíduos, familiares, comunidade, dentro de um contexto social. (GONÇALVES; KERNKAMP, 2013).

Nesse contexto educacional, o Serviço Social atua, por meio de seus profissionais na formação e compromisso de ações e políticas voltadas aos direitos dos cidadãos, buscando primeiramente a inclusão dos grupos sociais subalternos na vida social.

Segundo Imperatori e Vieira (2010) o assistente social é um profissional que intervém na realidade social orientado pelo paradigma da cidadania, dos direitos humanos e da participação social, conforme preconiza o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.

No âmbito da educação, o Serviço Social pode atuar por meio de ações socioeducativas que visem prevenir vulnerabilidades sociais como situações de preconceito e discriminação contra negros, pessoas com deficiência, mulheres, homossexuais, entre outros, violência e consumo de álcool e outras drogas; mobilizar os estudantes enquanto sujeitos de direitos reconhecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, realizando orientações sobre políticas sociais e direitos de cidadania; e formar redes sociais que incluem famílias, instituições escolares, de saúde, de assistência social e proteção à criança e ao adolescente, dentre outros, considerando uma perspectiva ampliada de educação e o acesso a políticas públicas (IMPERATORI; VIEIRA, 2010).

O assistente social, por sua vez, contribui de forma ativa na articulação entre as políticas sociais e públicas, cidadania e direitos. Esses profissionais são convidados a

trabalhar em prol da inclusão social e redução de desigualdades existentes no país.

De acordo com o artigo de Souza (2005), em qualquer campo de trabalho que atue, o Assistente Social apoia-se no compromisso em lutar pela garantia dos direitos e contribuir para o crescimento social, político e cultural dos sujeitos.

Especificamente no campo da educação, o Serviço Social assume como perspectiva trabalhar, também, o desenvolvimento do aluno - o despertar desse público como formadores de opinião, transformadores do seu cotidiano, responsáveis por seus atos, construtores de ideias inovadoras, questionadores da sua realidade e partícipes ativos da sua história.

Para Alves (2010), a escola hoje se vê com o desafio de lidar com especificidades que existem apenas nos tempos atuais, pois antes existiam de formas camufladas, vindo a emergir num contexto sociopolítico de abertura democrática, veiculado pelo novo discurso de uma escola inclusiva e participante, capaz de contemplar os diversos atores que nela se inserem, para além dos alunos. Sendo assim, é fato que a educação é um direito garantido por Lei, porém é necessário entender que mesmo diante a essa garantia, existem distorções sociais.

Alves (2010), ainda acrescenta que no contexto escolar o êxito do aluno deve ser entendido como algo além da aquisição do conhecimento científico e tecnológico. Essa mudança de paradigma implica em dar maior atenção às necessidades demandadas por esse aluno e ainda, exige um maior conhecimento desses aspectos por parte dos professores. Portanto, cabe ao profissional de Serviço social atuar de forma significativa nas distorções social presentes na escola. Neste contexto, as necessidades dos alunos devem ser entendidas e trabalhadas para que não atrapalhem a formação acadêmica do mesmo.

O serviço social, por meio de seus profissionais, promove inúmeras ações e desafios no âmbito educacional. Conforme Souza (2005), as atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais referiam-se: ao trabalho direto com os alunos que apresentavam condutas que interferiam nas aulas e/ou que apresentavam rendimento insuficiente (contatos individuais e em grupo); à mediação com os professores e demais pessoal da escola para falar sobre os alunos que apresentavam dificuldades (era um intercâmbio de informações para se decidir que tratamento seria dado ao aluno com problemas, ou para modificar as práticas dos professores em relação a forma de tratar os seus alunos); à consultoria para os professores, em relação às estratégias para melhorar as aulas, mudanças na política educacional e nos procedimentos da escola; à relação com famílias e instituições das comunidades para solucionar problemas e ajudar a família a participar de programas comunitários que favoreciam crianças com algum tipo de dificuldade.

A partir deste conceito entendemos que o assistente social, a partir do momento em

que se relaciona com os diversos sujeitos da escola, ele assume uma responsabilidade importante dentro de seu âmbito de trabalho, podendo atribuir articulações capazes de agregar recursos dentro do contexto escolar, entre a escola, professores, alunos, pais e responsáveis. Sendo, no âmbito escolar, assim, o assistente social precisa avaliar e realizar seu planejamento mediante as atividades submetidas.

Para Schneider; Hernandorena (2012), a inserção do assistente social na educação pública constitui-se em uma das formas de garantir o exercício da cidadania ao aluno, refletido em sua família, por meio da disponibilidade de atendimento e acompanhamento individualizado, como também buscando a promoção da democracia através da abertura de espaços de participação e envolvimento na realidade escolar. Portanto, o papel do serviço social no âmbito educacional vai além da escola, uma vez que, a necessidade de intervir no problema do aluno possa ultrapassar o muro físico da instituição de ensino, sendo necessário, como exemplo, atuar em conjunto com a família. Desta forma, o assistente social deve ter um olhar clínico e apurado para identificar dentro do espaço escolar sinais que possam ocasionar desigualdades e a partir daí buscar métodos para intervir.

Schneider e Hernandorena (2012), ainda ressaltam que é impossível não associar a contribuição do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar. Na medida em que esse profissional trabalha em prol da socialização das informações, no viés de direitos sociais, em que sua ação é balizada por um caráter de promoção ao exercício da cidadania, ele está colaborando para a efetivação da autonomia e emancipação da comunidade escolar, tendo como resultado o sucesso da Gestão Escolar.

O serviço social promove ativamente ações e meios para que a política pública possa ser de direito efetivada, principalmente promovida nas massas mais pobre do país. Seu papel na sociedade consolida grandes contribuições para a confirmação da proteção e da efetivação dos direitos, para que desta forma, o indivíduo possa usufruir em bem comum dos seus direitos.

Na realidade escolar, são diversas as contribuições do Serviço Social. Através da visão de Schneider e Hernandorena (2012), compreende-se que a inserção do Assistente Social no contexto escolar pode-se constituir em um agente integrador para que através da categoria participação, o profissional possa colaborar a construção de uma cultura de pertencimento, de significação e envolvimento da comunidade escolar no cotidiano da instituição educacional.

Entendendo a importância dos profissionais do Serviço Social, foram criadas algumas políticas para respaldar a atuação dos mesmos. Essas políticas conferem força e regulamentam a profissão através da Lei No 8.662, de sete de junho de 1993 atualizando a profissão de

Assistente Social e concedendo outras providências.

Ao conferir ao assistente social maior leque de atuação, a Lei de Regulamentação da Profissão proporcionou maior valorização da profissão, criou os Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social, concedeu aos Conselhos responsabilidade e autonomia administrativa e financeira, e, estabeleceu as atividades profissionais tanto dos profissionais de serviço social quanto dos seus respectivos Conselhos.

Além da formal atuação do assistente social, podemos citar a luta pelos projetos de lei que respaldam o trabalho do Serviço Social, tal como consta na redação do artigo 10 da lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, instituindo a obrigatoriedade de serviço social escolar (BRASIL, 1971).

Em curso, de acordo com o Conselho Federal de Serviço podemos citar os Projetos de lei divulgados na Câmara de Deputados, que fortalecem o serviço social. Dentre elas: 060/2007, a qual dispõe a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas da educação básica; PL 3077/2008 que dispõe a organização da Assistência Social; PL 3145/2008 que trata de regras para contratação de assistentes sociais, PL 3150/2008 que dispõe sobre condições de trabalho de assistentes sociais. Esses projetos de Lei são acompanhados pelo Conselho Federal de Serviço Social de forma a integrar-se dos resultados importantes destinados ao serviço social e seus respectivos assistentes sociais.

Dentre a criação de projeto e implementações de programas no ambiente escolar. O serviço social possui uma ampla atuação. Portanto, além do trabalho com êxito educacional, o assistente social é um integrante ativo em diversos programas e serviços institucionalizados a partir de políticas públicas.

Dentre esses programas podemos citar o CRAS, o PAIF, o PAEFI e o PETI. O CRAS é uma unidade pública municipal, de base territorial, localizada em área com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada a articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviço, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica as famílias (MARTINS, 2015,)

Referencialmente ao CRAS, a Fundação de Ação Social de Curitiba (s.d.) informa que os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS são a porta de entrada para os serviços de proteção social de famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, causada pela pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, de relacionamento familiar ou comunitário, e de pertencimento social.

De acordo com Martins (2015), o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços

socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito a convivência familiar e comunitária. Portanto, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família é direcionado as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim, para a continuidade desse serviço, o mesmo possui extensão nos Centros de Referência de Assistência Social.

O serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com os órgãos de sistema de garantia de direito (MARTINS, 2015).

Com o intuito de conceder as crianças maior possibilidade ao acesso escolar, o serviço social pode atuar também no acompanhamento dos programas a qual fazem parte da política pública nacional. Dentre os programas estabelecidos, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil confere às crianças a luta em prol da erradicação, ou seja, eliminação do trabalho infantil.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de caráter intersetorial, é integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do SUAS, compreende Transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativas para crianças e adolescentes que estejam em situação de trabalho.

Todos esses programas tratam-se de políticas públicas criadas para a formação de um país mais igualitário. Portanto, viabilizar o acesso garantindo melhor qualidade de vida dos indivíduos formam o objetivo das implementações de ações públicas.

Essas ações precisam ser acompanhadas e monitoradas com o objetivo de avaliar, se de fato, tal ação está de acordo com as normas nelas estabelecidas. Neste contexto o serviço social deve atuar de forma significativa, uma vez que compete as suas atribuições entender, investigar, analisar e intervir nas ações diagnosticadas pelo poder público.

4 EVASÃO ESCOLAR NO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO RODRIGUES SALES: APREENSÕES DO SERVIÇO SOCIAL DO SISTEMA EDUCACIONAL MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO TOCANTINS

Neste último capítulo estão os resultados da observação empírica realizada em torno da evasão escolar no Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales, durante o cotidiano do assistente social, em serviço, na Secretaria Municipal de Educação de Brasilândia do Tocantins. Todavia, iniciamos com uma reflexão sobre a escola enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, no sistema educacional público, para, depois apresentar a escola observada e, finalizar comentando sobre as implicações da intervenção do Serviço Social, sua importância e impactos no sistema educacional público de educação básica.

4.1 O Sistema Educacional Público e a Escola: espaços socio-ocupacionais do assistente social

É evidente, mas oportuno enfatizar, que a referência feita a “momentos históricos” não significa entender a história como reunião de momentos estanques, o que representaria ignorar-lhe o movimento, a dinâmica dialética. A intenção é, tão-somente, salientar que diferentes, e por vezes antagônicas, correntes de análise do papel social da educação – realizado pela e na escola – assumem, em dado período, preponderância (situada e datada) sobre as demais, ainda que elas coexistam (CANDAU, 2002).

Para o autor Cordioli (2011), a atuação de políticas públicas depende da relação de ações de diversos segmentos relacionados à educação. Desta forma, cada seguimento possui sua contribuição para que os processos educacionais aconteçam. Sendo assim, gestores dos poderes executivos federal, distrital, estaduais e municipais; funcionários de órgãos públicos educacionais; professores e pedagogos; funcionários de escola; estudantes e familiares de estudantes; assistentes sociais, entre outros agentes, compõem a formação dos sujeitos da escola. Esses sujeitos possuem papel fundamental para que os objetivos no âmbito educacional sejam alcançados de forma igualitária aos indivíduos.

Para Demo (2009), a sociedade moderna, todavia, exige um cidadão capaz de estar à frente, comandando o processo exponencial de inovação. Enfrentar desafios, avaliar os contextos sociohistóricos, filtrar informações, manter-se permanentemente em processo de formação são responsabilidades inalienáveis para quem procura ser sujeito da sua própria história e não massa de manobra para sustentar privilégios alheios. Isso significa dizer que,

para o assistente social essas características são importantes para o desenvolvimento de seu trabalho dentro da comunidade, mantendo-se ativo na promoção e realização de suas atividades.

Construir conhecimento com qualidade formal e política, significa inovar a realidade, não apenas imaginar o que poderia ser realidade (DEMO, 1994). Entretanto, compreendemos que a educação confere ao indivíduo uma capacidade de aprender, e, a partir dessa aprendizagem, realizar as escolhas desejáveis a ele.

De acordo com Brandão (2007), da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos. Desta forma, compreendemos que a escola ocupou um espaço muito importante na sociedade. Atualmente é difícil imaginar a alfabetização sem elas, portanto, o âmbito escolar é, sem dúvida, em espaço fundamental e importante para que a educação atinja a todos os indivíduos da sociedade.

Para Nóvoa (1999), as escolas são instituições de tipo específico, que não podem ser pensadas como qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera a simplificação do humano (das suas experiências, relações e valores), que a cultura da racionalidade empresarial sempre transporta.

Na era capitalista, a escola foi alçada a uma dimensão nunca antes vista. A universalização da alfabetização foi definida como tarefa básica de todos os governos e direito fundamental de todo cidadão (CORDIOLLI, 2011).

O grande objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, e a organização escolar necessária é a que leva a melhorar a qualidade dessa aprendizagem (LIBÂNEO, 2002). As escolas, porém, não são ilhas e atuam conectadas umas às outras, constituindo complexas redes educacionais que se espalham capilarmente por toda a sociedade (CORDIOLLI, 2011). A escola tem como papel diante da sociedade propiciar ações para a efetivação dos direitos sociais (SANTOS, 2015).

Para Libâneo (2002), a escola é uma instituição social com o objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetiva dia alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimento, habilidades, procedimentos, atitudes, valores), para tornaram-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

As escolas, as redes e os sistemas de ensino também são regulados por políticas públicas, numa complexa rede de práticas governamentais, de recursos financeiros e de legislações (CORDIOLLI, 2011). Portanto, o ambiente escolar trata-se de um facilitador no

processo de integração do indivíduo à sociedade. As funções sensoriais, intelectuais permitem ter ligação com a realidade escolar do cidadão, sendo assim, essa interação garante a excelência profissional do mesmo.

Os objetivos da escola se confundem com a ação exercida sobre crianças e adolescentes (principalmente), para torná-las aptas a viver numa determinada sociedade. A ação pedagógica é assim o traço de união entre o indivíduo e o social” (LIBÂNEO, 2002). Nesse contexto, o profissional de Serviço Social constitui papel fundamental para que a aprendizagem do aluno seja alcançada. Sabendo da importância da interação entre escola e o ambiente social, o assistente social trata-se de um agente ativo para que a união entre a educação e o social possa ser alcançada de forma harmoniosa e objetiva. A escola democrática será aquela que conseguir interagir com as condições de vida e com as aspirações das camadas populares (ALVES, 2003).

De acordo com Cordioli (2011), atualmente a escolarização continua sendo um importante instrumento de transformação social e de melhoria nas condições de vida. Cabe ao assistente social iniciar seu trabalho analisando as condições dos participantes da comunidade escolar e a partir desse relacionamento avaliar e planejar ações para que a escola seja um lugar de total aproveitamento intelectual.

Levando em conta as necessidades objetivas das classes populares, a interação da escola com as condições de vida desses grupos deveria ser entendida como forma de garantir a essas camadas não só o acesso como a permanência no sistema de ensino. Isso permitiria que uma escola de conteúdo e qualidade novos, fosse sendo construída com as camadas populares dentro dela e não excluídas como até agora tem acontecido (ALVES, 2003).

De forma ativa, o assistente social pode conhecer a comunidade escolar e identificar as necessidades de cada aluno, a fim de reduzir as lacunas propiciadas por intervenções familiar, escolar, social e econômica. A prática escolar, entretanto, será compreendida como um processo, ao mesmo tempo, individual e social, de desenvolvimento de indivíduos singulares e de intervenção nas condições sociais”. (LIBÂNEO, 2002).

No ambiente educacional o assistente social justifica seu trabalho na capacidade de se relacionar com a realidade escolar. Esse relacionamento cotidiano precisa conter a potencial participação com a aprendizagem e o rendimento de cada educando. Ao identificar ruídos que possam alterar e bloquear o entendimento do aluno, o assistente social deve viabilizar ações que modifiquem a realidade do aluno ou da comunidade escolar.

Cada caso é uma realidade, e não há uma receita pronta de atendimento. É preciso demonstrar a importância do atendimento na interdisciplinaridade, cuja operacionalidade

constrói uma identidade de busca de respostas aos desafios da contemporaneidade, o que requer dos profissionais um olhar diferenciado e amplo para compreender a dinâmica determinada na realidade em que estão inseridos (GONÇALVES; KERNKAMP, 2013). Desta forma, cada educando, família e ambiente escolar compõem uma realidade diferente no contexto educacional, para tanto, o assistente social, precisa manter-se atento a diversas considerações para o desenvolvimento de seu trabalho.

A prática escolar consiste na concretização das condições que asseguram a realização do trabalho docente”. (LIBÂNEO, 2002). Também a organização escolar é um espaço de compartilhamento de significados, de conhecimento e de ações entre pessoas (LIBÂNEO, 2002).

A prática escolar, assim, tem atrás de si condicionamentos sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor-aluno, técnicas pedagógicas e etc. (LIBÂNEO, 2002). Portanto, cada integrante do contexto escolar pensa e desenvolve seu trabalho seguindo concepções consideradas necessárias. Nesse contexto a atuação do assistente social não se difere dos demais profissionais, uma vez que cada profissional possui ferramentas particulares para desempenhar e alcançar melhores resultados.

Já para Brandão (2007), a educação do homem existe por toda parte e muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural. Diante dos graves problemas da sociedade, como: desemprego, desvalorização profissional, violência e modificações das relações familiares, há uma desestruturação no ambiente escolar. O Serviço Social frente a este contexto poderá identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que atingem o campo educacional no contexto atual, e terá como ponto inicial e como grande desafio, o trabalho interdisciplinar (SANTOS, 2015).

Ao decorrer de seu artigo, Santos (2015) ainda informa que desde a década de noventa vem havendo discussões e mobilizações por parte da categoria dos assistentes sociais em torno da implantação do Serviço Social nas escolas da rede pública, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, o qual resultou em 22 de outubro de 2000, na cidade de São Paulo, em um Parecer Jurídico. Neste Parecer Jurídico que está dentro do livro elaborado pelo CFESS (2001), constam as atividades que serão desenvolvidas pelos profissionais do Serviço Social nas Escolas de rede pública, seja ela de Ensino Fundamental ou Ensino Médio, se este tornar-se em Projeto de Lei.

Dentre inúmeras atividades pertinentes ao profissional de serviço social, Santos (2015) cita as contribuições que em resposta possam reduzir os problemas sociais; como o baixo

rendimento escolar, problemas com disciplina, desinteresse pelo aprendizado, evasão escolar, comportamentos e atitudes violentas.

Dentro da perspectiva escolar, o assistente social pode elaborar trabalhos voltados à eliminação da violência familiar, ao uso de drogas lícitas e ilícitas, e realizar visitas sociais a fim de conhecer a realidade familiar do aluno. Portanto, o assistente social pode elaborar e desenvolver programas, a partir da necessidade social da comunidade escolar.

Quanto à dimensão educativa do assistente social, segundo Gonçalves e Kernkamp (2013), a dimensão educativa caracteriza o fazer profissional. Faz mediação entre população, Estado e mercado, por meio das políticas sociais, trabalhando características individuais, vinculadas ao coletivo. Tal ação deve remeter a uma intervenção capaz de desvelar a realidade social e, conseqüentemente, das refrações da questão social, com o intuito de promover a participação e emancipação dos usuários dos serviços sociais. O desenvolvimento do trabalho do assistente social contribui aos indivíduos a garantia de uma melhor qualidade de vida perante a sociedade.

Para Gonçalves e Kernkamp (2013), quando abordamos o termo dimensão educativa não significa necessariamente que estamos tratando de um assunto relacionado à escola, enquanto um espaço sócio ocupacional do assistente social. Trata-se de um processo que se desenvolve fora dos canais institucionais escolares, ou seja, em todos os locais de trabalho do serviço social. Desta forma, tal dimensão ultrapassa o espaço escolar e propicia maior área de atuação do assistente social. Vale ressaltar que, este profissional mantém convivência direta com os sujeitos que constituem o âmbito escolar. Esse relacionamento promove melhor ação no combate às desigualdades tanto sociais, quanto intelectuais.

No Brasil, a necessidade de um eficiente sistema público de seguridade social é inegável (VIANNA,1998). O trabalho do assistente social na área da educação é, em primeira instância, garantir o direito já preconizado nos marcos legais, identificando e intervindo nas expressões das questões sociais que fazem parte desse campo de atuação. Situações vivenciadas pelos estudantes no âmbito socioeducacional e sociofamiliar, onde podem ser destacados aspectos relacionados ao fracasso escolar, indisciplina, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar, pluralidade e respeito à diversidade, a relação escola-comunidade, crianças e adolescentes vítimas de violência, a questão dos atos infracionais, a questão étnico-racial na escola, diversidade de orientação sexual, enfim, situações interligadas à vida cotidiana dos estudantes e de suas famílias que podem comprometer o bom desempenho escolar dos mesmos (CRESS, 2015).

A atuação profissional voltada para a garantia do acesso à educação escolarizada tem

sido a marca principal da inserção de assistentes sociais na Política de Educação (ALMEIDA, 2014). Segundo Gonçalves e Kernkamp (2013), o assistente social é partícipe ativo da sociedade e da realidade social que o circunda e, como tal está presente nos contornos processados na história, principalmente na biografia dos movimentos sociais. Portanto o assistente social, em seu trabalho possui por si um desejo de continuidade a ação por ele realizada. Seu objetivo deve estar voltado em promover por meio das políticas sociais, educativas e entre outras, a realização de um trabalho bem preparado e articulado.

A prática educativa do Serviço Social deve estar em consonância com o projeto ético político da profissão (GONÇALVES; KERNKAMP, 2013). Para tanto, conforme nos remete esses autores, o assistente social deverá ser capaz de analisar a realidade em curso, a fim de intervir através de estratégias que viabilizam a garantia de direitos, ações essas que podem ser realizadas com a consonância da classe trabalhadora. Sendo assim, para o desempenho satisfatório de sua função o assistente social, principalmente no âmbito escolar, deve avaliar e realizar seu planejamento mediante as atividades submetidas, buscando o aprimoramento de seu trabalho em virtude de sua profissão.

4.2 O Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales, de Brasilândia do Tocantins

O Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales, encontra-se situado em Brasilândia Tocantins, localizada à margem da Rodovia 153, nos limites entre a mesorregião central e a mesorregião norte do Estado do Tocantins. Município de pequeno porte, com uma população estimada de, apenas, 2.221 pessoas, segundo dos dados do IBGE (s/d). Com desenvolvimento incipiente no que diz respeito a recursos socioeconômicos de oferta de cidadania a sua população, o pequeno município apresenta uma realidade de pobreza plenamente observável, haja vista o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade estar abaixo de 1%, ou seja, o município apresenta um IDH de 0,684, para além da acanhada taxa de escolaridade, de serviços sociais e saúde, em correlação a altíssima taxa de desemprego, desocupação humana e violência, nas suas várias formas.

Com este cenário social desfavorecido, as fontes retiradas do Projeto Político Pedagógico (PPP) do colégio, referentes aos anos de 2017, 2018 e 2021 indicam que o Colégio Estadual Sebastião Rodrigues de Sales é a única unidade de ensino estadual no município.

Sobre o histórico de fundação e funcionamento do Colégio, consta no PPP que foi criado em 1972. Contudo, oficialmente fundado em 19 de janeiro de 1973, com o nome de

Escola Reunida de Brasilândia – autorizada pela Resolução N° 909/73 do Conselho Estadual de Educação de Goiás, como escola de ensino de 1ª à 4ª séries. E, posteriormente, tornou-se Escola Estadual de 1º Grau.

Em 1980, a unidade de ensino recebe o nome de Escola Estadual de Brasilândia, momento em que passa a funcionar com as quatro últimas séries do 1º Grau. Porém, em 13 de junho de 1995, a Escola Estadual de Brasilândia é denominada de Escola Estadual Sebastião Rodrigues Sales, subsidiada pela Lei N° 9728/95, ainda pelo Estado de Goiás, mas reconhecida com esta denominação em 1989, através da Resolução 007/89 de 25 de outubro de 1989, já pela Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

A partir de 1981 foi implantado, na Escola o Ensino de 2º grau com curso normal. A partir deste momento, a instituição passou a se intitular de Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales, através da Portaria N° 1.218/91.

O nome Sebastião Rodrigues Sales foi oferecido ao novo colégio de ensino de 2º Grau de Brasilândia do Tocantins, para homenagear o pai de um ex-político do município, chamado Felix Ademir Rodrigues (falecido), pois foi o Sr. Ademir Rodrigues quem reivindicou junto ao Estado de Goiás a liberação da verba para construção dos pavilhões de sala, pré-moldados de aula. E, ganhando a verba solicitada, encaminhou as primeiras construções de reformas no prédio do colégio.

Vale ressaltar que no início de suas atividades, em 1972, a unidade escolar não contava com diretor e sim com responsáveis. Somente em 1978 teve seu 1º diretor. Hoje, apesar de o Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales ainda não possuir um organograma par representar sua organização administrativa e institucional, podemos informar que conta com 28 servidores, sendo 01 Gestora; 03 Assistentes Administrativos; 02 Manipuladoras de Alimentação Escolar; 01 Orientador Escolar; 04 Auxiliares de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente; 04 Auxiliares de Higienização do Ambiente Escolar; 01 Secretaria Geral; 01 Coordenadora de Apoio Financeiro; 01 Coordenadora de Programas e Projetos e 01 Coordenador Pedagógico.

O corpo docente do Colégio é formado por 09 docentes, que atendem tanto o Ensino Fundamental, como o Ensino Médio. Sendo, 02 professores de Língua Portuguesa; 02 professores de Matemática; 01 professor de Geografia; 01 professor de História; 01 professor de Língua Inglesa; 01 professor de Educação Física; 01 professor de Ciências.

O Colégio segue o modelo de estão democrática, contudo não se explica como a gestão está organizada, nem como é processada. No entanto, a unidade escolar atende alunos

do ensino fundamental do (6º ao 9º) ano, com faixa etária de 11 anos acima e ensino Médio, as séries e números de alunos podem ser assim apresentadas:

Ensino Fundamental – 9º ano. Em 2017, as aulas aconteceram apenas no período matutino, com 01 turma e 34 alunos. Em 2018, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 48 alunos.

Ensino Fundamental – 8º ano. Em 2017, as aulas aconteceram nos períodos matutinos e vespertino, com 02 turmas e 34 alunos. Em 2018, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 41 alunos.

O Ensino Fundamental – 7º ano. Em 2017, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 50 alunos. Em 2018, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 50 alunos.

O Ensino Fundamental – 6º ano. Em 2017, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 52 alunos. Em 2018, as aulas aconteceram apenas no período matutino, com 01 turma e 32 alunos.

Ensino Médio – 3º serie. Em 2017, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 30 alunos. Em 2018, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 23 alunos.

Ensino Médio – 2º serie. Em 2017, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 28 alunos. Em 2018, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 42 alunos.

Ensino Médio – 1º serie. Em 2017, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 44 alunos. Em 2018, as aulas aconteceram nos períodos matutino e vespertino, com 02 turmas e 44 alunos.

De acordo com o PPP (2017, 2018 e 2021), de modo geral, a realidade socioeconômica e cultural dos alunos desta unidade escolar, em sua maioria, é formada por alunos de baixa renda, ou filhos de famílias beneficiárias do programa bolsa família, descendentes de famílias com histórico de baixa escolaridade, moradores de Brasilândia – do distrito de Tupiratã e da Zona Rural do município.

Ao finalizar os dados colhidos no PPP do colégio, observamos o quão é deficiente a escolaridade e a vida escolar dos indivíduos em idade escolar, em Brasilândia do Tocantins. Para além, as intervenções como assistente social nos mostraram que a maioria das famílias dos alunos do Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales é monoparental feminina, haja vista que o número de mães solteiras como responsáveis familiares tem aumentado em Brasilândia. Essas mães carregam muitas dificuldades no seu cotidiano, pois necessitam

passar a maior parte do dia fora de casa para trabalhar, deixando os filhos completamente desassistidos.

4.2.1 Apreensões do Serviço Social no Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales: uma realidade marcada pela evasão escolar

A fim de verificar, na prática, a importância do Serviço Social no contexto escolar, realizou-se um estudo sobre a problemática da evasão escolar no Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales, vivenciada no cotidiano operacional do Serviço Social desta escola pública. Com o intuito de chegar nas principais determinações sociais que interferem no rendimento e permanência de muitos estudantes do sistema da educação básica no município de Brasilândia do TO, cujo resultado está no alto índice de evasão escolar, a pesquisa partiu do levantamento documental realizado nos anos de 2017 a 2018, cujo registro mostra o expressivo índice de abandono e evasão.

Como já foi citado, o Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales apresentou, entre os anos de 2017 e 2018, altos índices de evasão. No entanto, o sistema escolar do município não conseguiu tomar providências para fazer a superação do problema.

Enquanto assistente social do sistema escolar do município, no cotidiano do exercício profissional, observamos empiricamente que para além dos muros da escola há várias situações sociais vivenciadas pelos estudantes na sua vivência particular que influenciam na evasão escolar. Observação esta, feita no momento de intervenções entrevistas com alunos, realizadas por indicação da Secretaria Municipal de Educação, momento em que observamos claramente esse aluno em situação de ameaça de abandono da escola, passando por violência familiar, extrema pobreza, desemprego envolvimento com drogas e outras circunstâncias desfavoráveis ao seu desenvolvimento educacional.

Toda essa problemática observada leva-nos a refletir sobre as explicações que o serviço social pode oferecer sobre a evasão escolar e que possibilidades há para se operacionalizar a intervenção social em direção a superação deste problema socioeducacional, considerando que as atividades programadas e desenvolvidas estão focalizadas nos alunos em situação de evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, preconceitos, discriminação, violências e as famílias com falta de condicionalidades do programa bolsa família na área da educação.

Durante as realizações destas atividades, observamos que os alunos e suas famílias vivenciam várias situações que representam manifestações da questão social, tais como

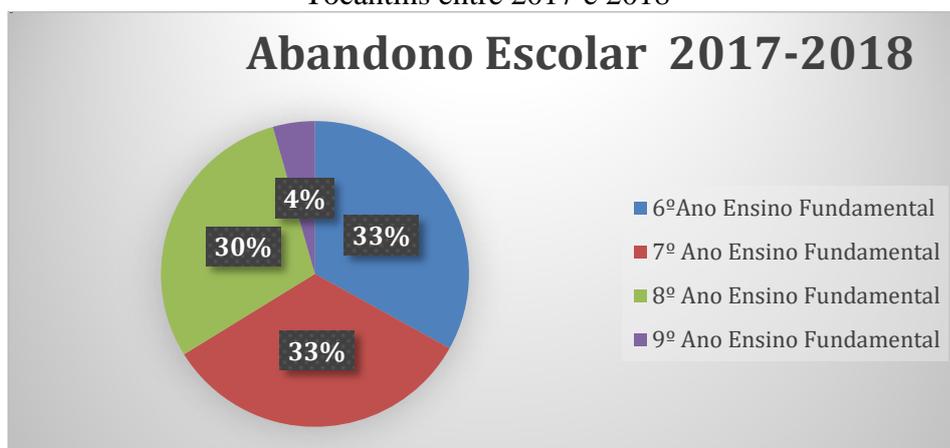
violência familiar, extrema pobreza, desemprego, dependência baixa, uso de drogas. Trata-se de manifestações clássicas da questão social que tem fortes influências na ocorrência da evasão escolar.

No que diz respeito a evasão escolar descobrimos a gravidade do problema quando do acesso ao relatório escolar encaminhado da rede escolar para o setor do Programa Bolsa Família da Secretaria Municipal da Educação, cujo programa tem como objetivo combater a miserabilidade e a intergeracionalidade da exclusão social, proporcionando ajuda financeira às famílias mais empobrecidas. Em contrapartida, o programa coloca a condicionalidade de que essas famílias devem manter seus filhos matriculados e frequentando a escola.

Enquanto assistente social, quando recebemos o relatório vimos famílias que vivenciam situação de vulnerabilidade, com filhos em situação de abandono escolar, configurando uma taxa alarmante de evasão da escola capaz de colocar em risco a perda do benefício pelas famílias do PBF. Através da visita domiciliar se constatou que estes problemas estão relacionados aos vários fatores sociais tais como violência familiar, desemprego, uso de drogas entre outras, já observadas no cotidiano das atividades profissionais.

Diante dos dados das condições objetivas materiais e sociais das famílias dos alunos visitados, o problema da evasão escolar nos mostrou o seu aspecto social, com claras determinações sociohistóricas e econômicas que estavam impedindo aquele número exorbitante de alunos a permanecerem vinculados ao sistema escolar e dar continuidade na sua formação educacional. A partir daí se fortaleceu a intenção de investigar o fenômeno da evasão escolar, junto com o interesse de conhecer as determinações sociais e suas complexidades, que levam os alunos a abandonar seus estudos, e tornarem-se sujeitos de intervenção no problema das altas taxa de evasão escolar, como aconteceu com o caso ocorrido no Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales, cuja taxa de evasão escolar coletado na ata anual da escola no período de 2017-2018. Na figura 1 encontramos os índices de abandono escolar dos alunos do ensino fundamental da Escola Estadual Sebastião Sales de Brasilândia Tocantins entre 2017 e 2018.

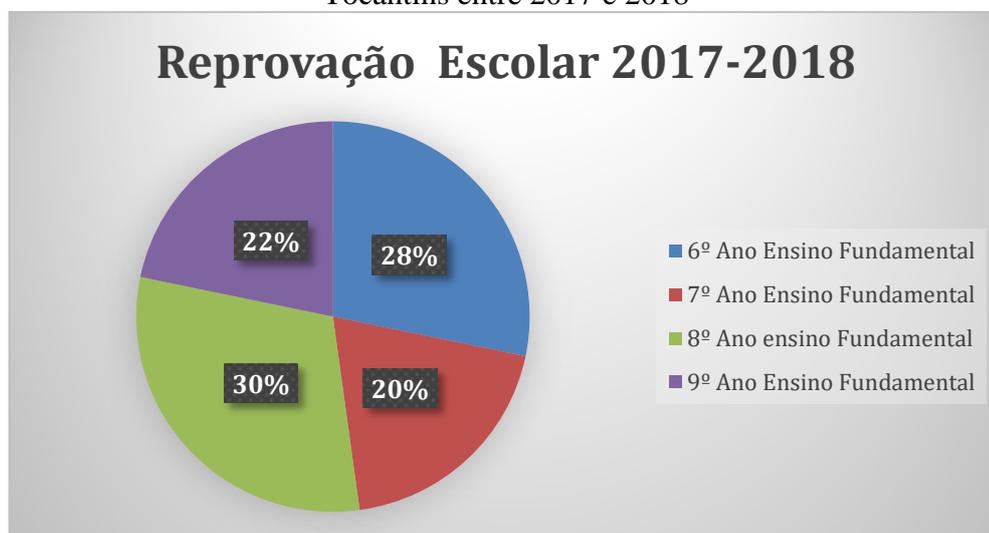
Figura 1 – Dados retirados da ata anual do Colégio Estadual Sebastião Sales de Brasilândia Tocantins entre 2017 e 2018



Fonte: Gerado pela autora com base nos dados fornecidos pela escola.

Na Figura 2 apresentou-se a porcentagem de alunos que foram reprovados no Ensino Fundamental.

Figura 2 - Dados retirados da ata anual do Colégio Estadual Sebastião Sales de Brasilândia Tocantins entre 2017 e 2018



Fonte: Gerado pela autora com base nos dados fornecidos pela escola.

Como se sabe, a questão da evasão escolar não é nova, mas sempre ganhou destaque na sociedade. O fato é que o sistema capitalista é incapaz de promover o sustento mínimos das famílias, gerando uma sociedade desigual fazendo com que as famílias vivam em condições desumanas. Isso acontece porque a estrutura de poder mundial consegue impor um modelo de crescimento econômico concentrador e excludente. E com as exigências capitalista deixam de estudar para trabalhar pela sobrevivência.

O que vimos em Brasilândia, é que cada vez mais jovens deixam de frequentar as escolas, pondo em questão o futuro, onde o mercado de trabalho exige cada vez mais a qualificação profissional dos indivíduos. Este problema está presente no cotidiano das escolas. É um quadro preocupante, principalmente quando constatamos a taxa de evasão escolar do município.

No relatório de 2017-2018 da secretaria do Colégio Estadual Sebastiao Rodrigues Sales, foram apresentados muitos motivos que conduzem o aluno ao abandono a escola. Dentre eles se destacam o desinteresse e a necessidade de trabalhar para contribuir para o sustento da família. Diante do fato, percebemos que a escola não está envolvida nos problemas sociais da família do aluno, pois, a preocupação se restringe apenas em repassar a educação básica, e por isso se satisfaz em dizer que a evasão se dá por falta de interesse do aluno.

Sabemos que a falta de bom relacionamento do professor com aluno, aulas rotineiras e uma escola que não se adequa com a realidade do aluno perfaz esse contexto que desestimula o aluno a acreditar na escola como instituição capaz de contribuir para um futuro melhor.

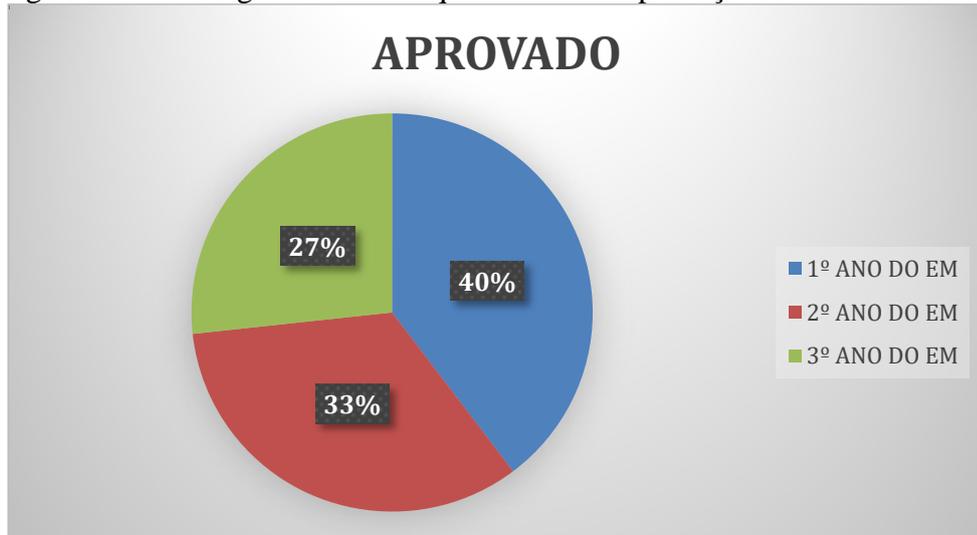
No lugar do assistente social observamos sob a perspectiva humano-material que as causas que levam à evasão escolar estão diretamente relacionadas a fatores socioeconômicos, de base material, somente depois vêm os fatores secundários ligados ao processo de aprendizagem, tais como dificuldades, transtorno, conflito familiar, trabalho infantil, bullying e outros identificados na sala de aula.

Conhecer profundamente o problema da evasão escolar, a partir do Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales, além de ser um problema de suma importância para investigação social, é uma oportunidade de produzir conhecimento sobre o fenômeno vivido pela a educação básica, cujo o objetivo é desenvolver ações que resultem na redução do problema da evasão escolar com a participação da comunidade escolar. Acredita-se que a presença de assistentes sociais dentro da escola, discutindo com a comunidade escolar a solução dessa problemática, vai contribuir para identificação e diversos fatores sociais externos e desta maneira intervir da melhor forma.

A pesquisa se constituirá em conhecimento relevante para os envolvidos na comunidade escolar, para que percebam as principais determinações da evasão escolar e, desta maneira venham se instrumentalizar para transformar essa realidade. Já para o profissional de serviço social, conhecer essas determinações é fundamental para elaborar intervenções que vão de encontro com a realidade das famílias e assim contribuir na solução da problemática.

Abaixo apresentamos os dados relativos aos alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Sebastião Rodrigues Sales. Na figura 3 encontramos os índices de aprovação dos alunos e é possível verificar que tais valores vão diminuindo com o prosseguimento nos anos que compõe, pois os alunos do primeiro ano apresentam maior aprovação que os alunos do terceiro ano, sendo este índice cai progressivamente ao longo do tempo.

Figura 3: Porcentagem de alunos que obtiveram aprovação no Ensino Médio.



Fonte: Gerado pela autora com base nos dados fornecidos pela escola.

Garantir que todos os alunos aprendam de forma que ninguém fique desatualizado deve ser o princípio orientador da gestão comprometida com a qualidade e a justiça da educação. Nesse sentido, medidas para reduzir as taxas de repetência são fundamentais como a implementação de planejamento intensivo e monitoramento noturno é uma estratégia comum nas escolas, que visa reduzir as reprovações e costuma alcançar bons resultados ao fornecer suporte personalizado adicional para alunos em dificuldades.

Outras ações simples também podem ter um efeito positivo desde que adequadas a realidade em que a instituição de ensino se encontra inserida e que não onere aos envolvidos. Com a ajuda do professor e da equipe docente é possível diagnosticar a causa que leva aos alunos a não aprender e formular uma ação voltada para a modificar essa rotina de aprendizagem. Através do incentivo os alunos a lerem, fazerem uma síntese dos temas tratados em aula aprofundando os conhecimentos em casa podem trazer bons resultados.

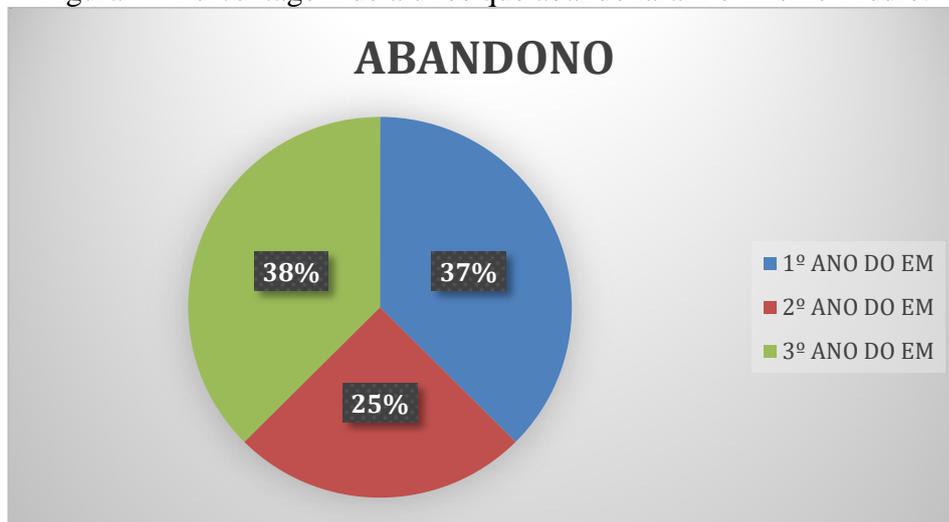
A escola analisada, em uma reunião com os líderes das turmas buscou ações de melhoria para aumentar os índices de aprovação dos alunos tendo como ações:

- Reuniões individuais com cada turma;

- Acompanhamento dos alunos em uma semana de fortalecimento da aprendizagem para que pudessem ocorrer a internalização dos conteúdos não aprendidos;
- Elaboração de uma tabela com os horários das provas do bimestre para que os pais pudessem acompanhar a agenda dos filhos;
- Visitas aos alunos faltantes para efetivar um acordo com a família para que os educandos retornassem aos estudos.

Na figura 4 estão as taxas de abandono escolar na qual observa-se que a maior porcentagem se encontra no terceiro ano do ensino médio e mais baixa no segundo ano.

Figura 4 - Porcentagem de alunos que abandonaram o Ensino Médio.



Fonte: Gerado pela autora com base nos dados fornecidos pela escola.

A escola monitora o desempenho escolar específico dos alunos, tendo uma evasão do ensino médio regular baixa. A evasão no ensino médio é um desafio que todos os envolvidos no processo de formação tendo diversos fatores sociais que levam ao abandono escolar, como desestruturação familiar, políticas governamentais, desemprego, baixo rendimento, abandono, escolaridade e filho.

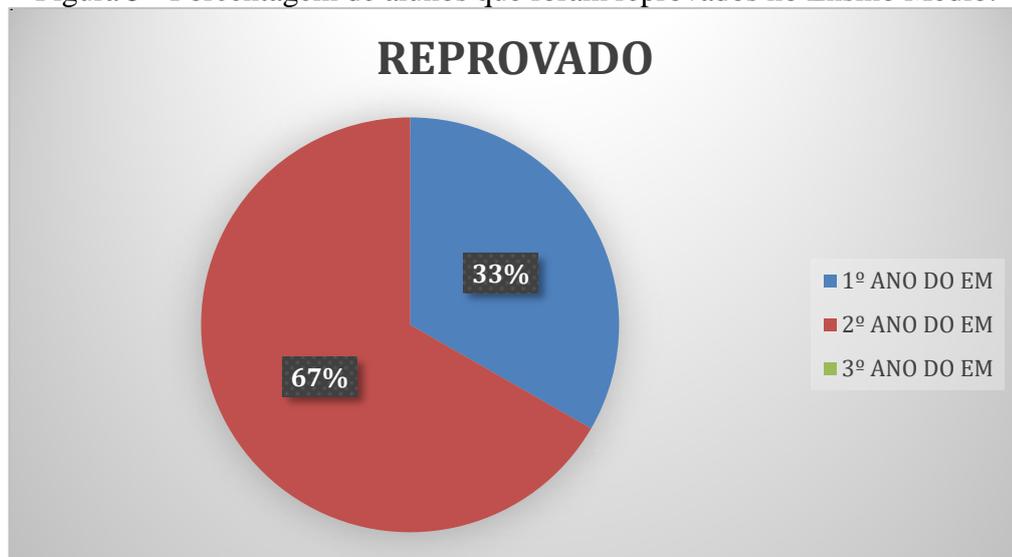
Especialistas em educação atribuem a evasão fatores como a atuação de gestores e professores, a formação dos profissionais e as condições de trabalho determinam o ambiente de fracasso escolar, pois no Brasil, 40% dos nossos alunos estão com a idade distorcida, o que significa que 40% dos alunos já repetiram pelo menos duas vezes.

O jovem distante do sistema de ensino é um problema que vai muito além dos limites físicos da escola: tornou-se um problema social. Para entender melhor o problema e encontrar a solução mais adequada, em primeiro lugar, devemos entender a diferença entre os conceitos

de abandono e evasão. Embora sejam frequentemente usados de forma intercambiável, eles especificam diferentes situações em que os alunos deixam a escola.

- O não comparecimento às aulas durante o ano letivo é uma característica da evasão.
- Se o aluno for aprovado ou reprovado, e ele não se matricula no ano seguinte para continuar a estudar, é considerado uma desistência, ou seja, abandono.

Figura 5 - Porcentagem de alunos que foram reprovados no Ensino Médio.



Fonte: Gerado pela autora com base nos dados fornecidos pela escola.

Na figura 5 observa-se que os índices de reprovação são elevados no primeiro ano do ensino médio, dobram no segundo ano do ensino médio e se extinguem ao terceiro ano. De acordo com a escola, os alunos que ficaram retidos no ano que estavam cursando foram considerados desinteressados, não apresentaram participação nas aulas, atividades, trabalhos avaliativos, provas e outros, são educandos infrequentes que mesmo indo à escola, não participavam das aulas, portanto, não avançavam no processo de ensino aprendizagem.

O fracasso no ensino médio está intimamente relacionado ao desempenho escolar e à chance de evasão: nem sempre refazer um ano garante o aprendizado, podendo até aumentar o risco de evasão. A principal função dos assistentes sociais envolvidos na educação é auxiliar os profissionais no enfrentamento do fenômeno da evasão, promovendo a permanência das crianças na escola e promovendo a educação por meio de ações voltadas à inclusão social.

Para proteger os direitos de cidadania das crianças e o direito de liberar disciplinas sociais em sua educação, assistentes sociais e profissionais da escola podem cooperar diretamente com a educação, para que as pessoas tenham a oportunidade de se tornarem

peças que compreendem, cidadãos e sujeitos de direitos e responsáveis por construir sua própria história.

Os resultados de avaliações externas e gastos com reprovações no Brasil indicam a necessidade de modificar a situação atual, pois quatro em cada dez jovens de 19 anos não concluíram o ensino médio, sendo deste total, 62% estavam fora da escola e 55% pararam de estudar no ensino fundamental. No entanto, espera-se que até 2022, 90% ou mais dos brasileiros de 19 anos concluam o ensino médio.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a reprovação levanta a questão da "estigmatização e motivação", pois leva as distorções de idade serializadas observadas na vida escolar sendo este fator mais evidente para os homens. A questão permanece no sentido de tentar encontrar uma resposta de que atitude deve ser tomada, pois se o processo de construção do conhecimento não é ineficiente, o fracasso também não é.

A escola verificou que após a implementação das ações supracitadas mesmo assim ainda houve casos sem a obtenção de bons resultados, tendo sido levantado que se trata de alunos indisciplinados, desatentos, que não permanecem dentro da sala de aula, poucos frequentam a escola e quando comparecem dormem enquanto as aulas estão sendo ministradas.

Quando em sala de aula, não participam do que está sendo transmitido pelo professor, apresentando assim baixo rendimento, sendo necessário solicitar reunião com os responsáveis novamente a fim de tentar conscientizar da importância do acompanhamento nos trabalhos avaliativos, provas e tarefas em classe e extraclasse, pois são bastantes proveitosos para a aprendizagem tornar-se efetiva.

As escolas desempenham um papel social vital no fortalecimento dos laços sociais, desenvolvendo habilidades físicas e cognitivas e permitindo que os alunos se tornem agentes sociais ativos em suas comunidades. No entanto, todos os dias há contratempos e privações do direito à educação, o que aumenta a possibilidade de os jovens não continuarem os estudos. Por trás da situação de infrequência e abandono escolar, existem várias motivações:

- Falta de conexão entre o conteúdo escolar;
- Os interesses e desejos dos alunos distantes do ambiente escolar;
- Necessidade urgente de geração de renda para sustentar as famílias.
- A puberdade também é um problema se torna mais proeminente com o avanço em direção a vida adulta.

Interações negativas com professores, dificuldades de aprendizagem, repetição, preconceito e problemas emocionais em adolescentes podem ser os motivos para esse comportamento de evitação. Nesse sentido, tornar a escola mais interessante e atrativa para os alunos é o passo básico para que os alunos permaneçam no ambiente escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração do trabalho foi possível discutir sobre a inserção do Serviço Social na educação, partindo do contexto de transformações socioeconômicas ocorridas no mundo e, conseqüentemente, no Brasil. Tal discussão à luz de todas as disposições contidas nesta pesquisa nos incita traçar um caminho em direção ao entendimento da problemática que nos permita alcançar o objetivo desta pesquisa.

Assim, o estudo sobre a inserção do Serviço Social na educação estreitada na prática do assistente social no âmbito escolar, considera as mudanças de âmbito social, cultural, político e econômico, ocorridas na sociedade brasileira, que impactam sobre o Estado e as instituições articuladas a ele, dar-se uma importância devida a escola, por interferirem nas relações sociais no interior e exterior da escola.

Diante desse contexto, a escola antes vista como instituição de ensino e aprendizado, atribui um “novo” papel, pois vivencia “a necessidade de preparar o aluno para uma sociedade capitalista, individualista, competitiva e que exige trabalhadores polivalentes e mutáveis”, bem como, uma malha diversificada de demandas sociais provenientes do contexto social e cultural vivido por todos do/no âmbito escolar e das relações sociais existentes e ligadas a esse espaço.

Sendo assim, cabe à escola dispor de conhecimentos, habilidades e qualificação profissional capaz de atender a tais demandas – nesse bojo tem-se o assistente social, profissional com formação, qualificação técnica e específica que tem como objeto de trabalho, as políticas sociais, dentre estas a política de educação, enunciadas, articuladas e instrumentalizadas em detrimento das expressões da questão social – o que não é o caso da maioria das escolas da sociedade brasileira, principalmente as públicas.

Portanto, através desse estudo objetivou-se fortalecer o discurso da inserção do Serviço Social na Educação já existente, trazendo o que de fato promove tal discurso, por esta pesquisa problematizado, que são as exigências da prática do assistente social no âmbito escolar.

Desta forma, de acordo com o levantamento bibliográfico e do estudo de caso entendeu-se que o Serviço Social na educação deverá desempenhar o papel de mediador nos conflitos gerados nas relações sociais do âmbito escolar, visando contribuir (de forma geral) no enfrentamento das refrações que influenciam o trabalho pedagógico e alteram seus resultados na escola; quanto a orientação social e de serviços a todos envolvidos no âmbito escolar; na luta dos direitos sociais e humanos, atribuindo valores de democracia, cidadania,

participação e autonomia; bem como, propor melhorias nas condições de desempenho da educação diante suas funções na sociedade, a fim de conquistar avanços no que compete a mesma.

Foi possível verificar também que a evasão escolar acontece quando o aluno deixa de frequentar as atividades escolares diárias e a escola, não obtendo registros de sua transferência para outra instituição. A evasão escolar é ocasionada não só por um problema e sim por um conjunto de fatores, tornando assim um problema nacional, merecendo a atenção de todos, principalmente a do governo e dos profissionais da área educacional e social.

Ao estudar sobre este tema, observamos que apesar da educação brasileira estar evoluindo, ela ainda necessita de muitos ajustes e traz consigo heranças do século passado. Observamos também que o fracasso e a repetência escolar atualmente são um dos maiores causadores da evasão escolar no Brasil. Com isso, ficou claro que é dever da escola e governo proporcionar aos alunos uma escola de qualidade, onde se crie as condições necessárias para que o aluno consiga desenvolver suas capacidades de agir, pensar e opinar, podendo assim proporcionar a melhora de sua condição social, humana e cultural.

Hoje a repetência não é vista mais com bons olhos, pois esta possui somente a função de causar aos alunos o sentimento de incapacidade, baixa autoestima e fracasso, além de não garantir a aprendizagem, podendo assim ocasionar a evasão dos mesmos. A função da escola é a ensinar a aprender, a motivar e auxiliar os estudantes como agir com as questões da vida diária com segurança, podendo assim contribuir para a melhoria da sociedade.

Infelizmente, sabemos que não é assim que funciona o nosso sistema educacional. Hoje nos deparamos com diversas dificuldades, sendo a má formação e preparo dos docentes um grave problema. É visível a falta de motivação destes profissionais, ocasionada por diversos fatores como o baixo salário, violência, descaso, entre outros. Mas estes devem ter em mente que é de sua responsabilidade motivar os alunos. O professor precisa proporcionar aulas em que os alunos possam participar, onde as atividades tenham relação com as situações tenham a ver com a realidade do aluno. O governo precisa proporcionar aos docentes cursos para capacitar cada vez mais estes profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política da educação.** Trabalho e Projeto profissional nas políticas sociais. 3ª Série. CFESS. 2014.

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica:** técnicas e jogos pedagógicos. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, N. **Educação e Supervisão:** o trabalho coletivo na escola. 10ª edição. São Paulo. Cortez Editora. 2003.

ALVES, R. **Ao professor, com o meu carinho.** 2 ed. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2010.

AMARO, S. **Serviço social na educação:** bases para o trabalho profissional. Florianópolis: UFSC, 2012.

AMARO, S. T. A.; BARBIANI, R.; OLIVEIRA, M. C. **Serviço social na escola:** o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

ARROYO, M. G. da. **Escola coerente à Escola possível.** São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.).

BATISTA, W. B. **Educação a distância e o refinamento da exclusão social.** Revista Conect@ on-line de Educação a Distância, n. 4, fev. 2002.

BARBOSA, M. Q. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira.** Capinas: Papel Social, 2015.

BORJA, I. M. F. S. **Evasão escolar no ensino fundamental:** a concepção de egressos do projuvem urbano em Carmópolis / SE – Um estudo de caso. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2012.

BOSSA, N. A. **Fracasso escolar:** um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo. Editora Brasiliense. 2007. (Coleção Primeiros passos; 20)

BRANDÃO, S. M. P. **Uma experiência profissional: trabalho infantil - estratégias de mudança**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2015. 64 p.

BRASIL. **Lei 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Infantil e Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. **Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar**: documento regional Brasil: Fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. Brasília: MEC, 2005.

CANDAU, V. M. (org.). **Rumo a uma nova Didática**. 13ª edição. Petrópolis RJ. Editora Vozes, 2002.

CARVALHO, R. **A nova lei e a educação especial**. Rio de Janeiro: W V A, 1997.

CASADONTE, A. S. **Fracasso escolar**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2003.

COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO RODRIGUES SALES. **Projeto Político Pedagógico – 2017, 2018, 2021**. Brasilândia do Tocantins, 2021.

CONAI, Conferência Nacional de Educação. **Construindo o sistema nacional articulado de educação**: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. Brasília: MEC, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Acompanhamento de Projetos de Lei**, 2001. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/acompanhamentos-de-projetos-de-lei> . Acesso em 29/03/2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS/CRESS sobre o Serviço Social na Educação (Coord.). **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, jun. 2011.

CORDIOLLI, M. A. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2011. - (Série Fundamentos da Educação).

CRESS 6ª Região. **Comissão de Serviço Social na Educação**, 2015. Disponível em: http://www.cress-mg.org.br/Menu/Comiss%C3%A3o_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Servi%C3%A7o_Social . Acesso em: 29/03/2021.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. Ed. 12. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

DEMO, P. **Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades**. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, M. V. **Evasão escolar no ensino fundamental**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Machado, 2013.

ESPÍNOLA, F. A. L. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino médio**. Guarabira-PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). **Gestão da Educação**. Impasses, perspectivas e compromissos. 6ª edição. São Paulo. Cortez Editora. 2008.

FIGUEIREDO, S. F. **Algumas causas da evasão escolar no ensino fundamental das escolas estaduais do municipal de Niterói**. Niterói: Universidade Cândido Mendes, 2006.

FRANCO, A. F. **Os motivos da evasão escolar: Uma análise do programa FICA**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

FRANCO, M. A. C. Serviço social na educação: breves considerações a implementação do PAISE no Instituto Baiano – Campus Santa Inês - BA. In: SILVA, M. M. J. (Org.). **Serviço social na educação: teoria e prática**. São Paulo: Papel Social, 2012.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL (Curitiba). **Serviços ofertados no CRAS**, s/d. Disponível em: <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=198> . Acesso em: 30/03/2021.

GARCIA, G. E. (Org.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**, São Paulo, Cortez Editora: Autores associados, 1980.

GHIRALDELLI Jr., P. **História da Educação**. 2ª Edição Revista. São Paulo. Cortez Editora.

2001.

GONÇALVES, A. B.; KERNKAMP, C. L. **Processos de trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1, p. 418.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e serviço Social no Brasil**. 25. ed. São Paulo: Cortez – CELATS, 2008.

IMPERATORI, T. K.; VIEIRA, J. R. F. **Serviço Social e educação: Reflexões sobre o papel do assistente social na inclusão social**, 2010. Disponível em: <https://encontroies.wordpress.com/2010/09/30/servico-social-e-educacao-reflexoes-sobre-o-papel-do-assistente-social-na-inclusao-social-mesa-v/> . Data de acesso: 13/02/2021.

KNÜPPE, L. **Motivação e desmotivação: desafio para as professoras do ensino fundamental**. Paraná: Educar em Revista, 2006.

KONSEN, A. A. **O direito à educação escolar**. Rio Grande do Sul: Ministério Público, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 18ª Edição. São Paulo. Edições Loyola. 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACIEL, S. W. **A repetência escolar na 5º série do ensino fundamental nas escolas públicas de Belém/PA: a visão das “vítimas”**. Belém/PA: Universidade da Amazônia- Centro de Ciências Humanas e Educação, 2001.

MARTINS, E. B. C. O serviço social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, M. M. J. (Org.). **Serviço social na educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2012.

MARTINS, V. **O trabalho do assistente social no fio da navalha: a cena das aparências e a performatividade**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2009.

NÓVOA, A. (Org.). **As organizações escolares em análise**. 3. Ed. Lisboa: Portugal, 1999.

PERRENOUD, P. A ambiguidade dos saberes e da relação com o saber na profissão de professor. In: **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**, do mesmo autor. Porto Alegre: Artmed Ed, 2001, p. 135-193.

PIO, L. M. **O que tem causado evasão escolar**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2004.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 36ª Edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2010.

SALERNO, S. C. E. K. **Administração Escolar e educacional: Planejamento, políticas e gestão**. Campinas, S.P. Editora Alínea, 2007.

SANTOS, A. M. **A política de educação no Brasil: implantação do serviço social escolar**, 2015. Disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.com/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.htm> . Acesso em: 21/03/2021.

SANTOS, E. J. S. **A evasão escolar no ensino fundamental nas escolas públicas do município do Rio de Janeiro: aspectos econômicos e sociais**. Rio de Janeiro: Universidade Candido mendes, 2011.

SANTOS, R. **Educação e Cidadania**, Brasília, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2002.

SAVIANI, D. **A nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e perspectivas**. 7ª Edição Revista. Campinas SP. Editora: Autores Associados, 2001a.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: Polêmicas do nosso tempo. 34ª Edição Revista. São Paulo. Editora: Autores Associados, 2001b.

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**: Por uma Outra Política Educacional. 3ª Edição Revista. Campinas, SP: Editora: Autores Associados, 2000.

SCHNEIDER, G. M.; HERNANDORENA M. C. (Org.). **Serviço Social na Educação**: Perspectivas e Possibilidades. Porto Alegre, CMC, 2012.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SEVERINO, A. J. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. In: SÁ, J. L. M. (Org.). **Serviço Social e Interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. M. J. (Org.). **Serviço social na educação**: teoria e prática. São Paulo: Papel Social, 2012.

SOUZA, A. A.; SOUZA, T. P.; QUEIROZ, M. P.; SILVA, É. S. L. **Evasão escolar no ensino médio**: velhos ou novos dilemas. Rio de Janeiro: Vértices, 2011.

SOUZA, I. L. Serviço Social e Educação: uma questão em Debate. **Interface**, Rio Grande do Norte, v. 2 n. 1, p. 27-41, jan. 2005. Disponível em: <http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/interface/article/viewFile/179/159> . Acesso em: 04 de fevereiro 2021.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Todas as crianças na escola em 2015**. Iniciativa global pelas crianças fora da escola. Brasília: UNICEF, 2012.

VIANNA, M.L.W. (1998). **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Ed. Revan-IUPERJ/UCAM, Rio de Janeiro.

WERNECK, H. **Ensinamos demais, aprendemos de menos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

ZAGO, N. Processo de escolarização nos meios populares – As contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M.A; ROMANELLI, G, ZAGO, N. (Orgs.). **Família e escola**: Trajetória da escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 17-43.